



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

GABINETE DA VEREADORA GRAÇA FONSECA

PROPOSTA N.º 915/2013

[Aprovar submeter à Assembleia Municipal a aprovação do elenco das missões de interesse geral e comum a toda ou a uma parte significativa da cidade, bem como dos espaços, das vias e dos equipamentos de natureza estruturante para a cidade ou para a execução daquelas missões, nos termos da proposta]

Lisboa tem, hoje, um novo modelo de governação, o qual concretiza, na cidade, os princípios da descentralização administrativa e da subsidiariedade, através de um modelo específico de distribuição de tarefas e responsabilidades entre os órgãos municipais e os órgãos das freguesias, visando igualmente o reforço da racionalidade, eficácia e proximidade aos cidadãos.

Assim, com a reorganização administrativa - a qual, é de realçar, teve a sua origem numa iniciativa dos órgãos municipais competentes e veio a ser consagrada através da Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro (de ora em diante, "Lei n.º 56/2012") -, Lisboa passou a ter 24 freguesias dotadas de um quadro específico de competências próprias e de meios adequados ao seu exercício.

As freguesias de Lisboa passam, por um lado, a ter competências próprias em diversas áreas de intervenção local, onde antes apenas tinham competências delegadas, nomeadamente a manutenção de espaços verdes, a manutenção e conservação de mobiliário urbano e a conservação e reparação da sinalização horizontal e vertical; por outro lado, as freguesias de Lisboa passam, com a Lei n.º 56/2012, a ter novas competências próprias onde anteriormente não havia competências delegadas, nomeadamente assegurar a limpeza das vias e espaços públicos, gerir, conservar e reparar equipamentos sociais da área da freguesia e gerir e manter os mercados locais.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

GABINETE DA VEREADORA GRAÇA FONSECA

Por força da Lei n.º 56/2012, as novas freguesias criadas por agregação ou por alteração dos limites territoriais iniciaram a sua existência jurídica na sequência das eleições gerais de 2013 para os órgãos das autarquias locais - i.e., após o dia 29 de setembro de 2013, sendo que os titulares dos novos órgãos assumem todos os direitos e deveres das freguesias objeto de agregação ou alteração. Contudo, a capacidade para o exercício efetivo das novas competências pelas freguesias depende da afetação de recursos financeiros por parte do Estado, o que irá ocorrer a partir do ano de 2014, nos termos do artigo 17.º daquela Lei.

De acordo com o disposto no artigo 84.º da Proposta de Lei de Orçamento de Estado para 2014, aprovada pela Assembleia da República no dia 26 de novembro de 2013, a primeira prestação, correspondente a um quarto do valor global atribuído a cada freguesia, é transferida pela DGAL para a respetiva freguesia até ao dia 30 de janeiro de 2014, pelo que, até essa data, as freguesias de Lisboa não poderão prosseguir as suas novas competências próprias.

Assim, ainda que as competências sejam das freguesias desde o início do novo ano fiscal, a Câmara Municipal de Lisboa assegura o exercício, a título transitório, das mesmas, devendo ser feito o respetivo acerto financeiro nos termos previstos na Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014.

Nos termos do artigo 13.º da Lei n.º 56/2012, a Câmara Municipal deve identificar, mediante proposta a submeter à Assembleia Municipal, o elenco de espaços, vias ou equipamentos de natureza estruturante para a cidade ou para a execução de missões de interesse geral e comum a toda ou a uma parte significativa da cidade.



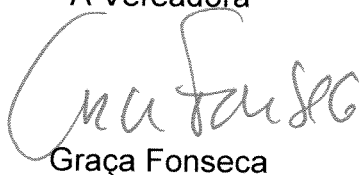
C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

GABINETE DA VEREADORA GRAÇA FONSECA

Assim, tenho a honra de propor que a Câmara, nos termos do disposto no artigo 13.º da Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro, delibere submeter à Assembleia Municipal, para que este órgão aprove, o elenco das missões de interesse geral e comum a toda ou a uma parte significativa da cidade, bem como dos espaços, das vias e dos equipamentos de natureza estruturante para a cidade ou para a execução daquelas missões, nos termos do Anexo e respetivos Subanexos.

20
Paços do Concelho de Lisboa, aos 20 de dezembro de 2013

A Vereadora



Graça Fonseca



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

GABINETE DA VEREADORA GRAÇA FONSECA

ANEXO

ELENCO DAS MISSÕES DE INTERESSE GERAL E COMUM A TODA OU A UMA PARTE SIGNIFICATIVA DA CIDADE, BEM COMO DOS ESPAÇOS, DAS VIAS E DOS EQUIPAMENTOS DE NATUREZA ESTRUTURANTE PARA A CIDADE OU PARA A EXECUÇÃO DAQUELAS MISSÕES

A. Missões de interesse geral e comum a toda ou a uma parte significativa da cidade

I. Limpeza

1. Assegurar a limpeza urbana integral dos espaços ou equipamentos considerados estruturantes, nos termos da presente deliberação. Para tanto, são igualmente considerados estruturantes os postos de limpeza constantes do Subanexo A.

Fundamentação: Gestão global por uma só entidade.

2. Coadjuvar as freguesias na limpeza urbana no âmbito do desenvolvimento de atividades ou da realização de iniciativas e eventos organizados ou coorganizados pelo município, bem como no âmbito do desenvolvimento de atividades ou da realização de iniciativas e eventos relativamente aos quais se verifique pelo menos uma das seguintes condições:
 - a) Relevância ao nível da cidade, nomeadamente por ocuparem território de mais de uma freguesia;
 - b) Grande dimensão (número de frequentadores em permanência no local superior a 1.000);
 - c) Notoriedade (impacto nacional ou internacional).



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

GABINETE DA VEREADORA GRAÇA FONSECA

Fundamentação: A resultante das condições definidas nas a) a c) *supra*, bem como o carácter excecional de tais situações.

II. Pavimentos pedonais

1. Manter e conservar pavimentos pedonais existentes em equipamentos ou espaços consideradas estruturantes, nos termos da presente deliberação.

Fundamentação: Gestão global por uma só entidade.

2. Manter e conservar a calçada artística, nos termos constantes do Subanexo B.

Fundamentação: Representam um património cultural e artístico que deve ser preservado em obediência aos métodos de execução desenvolvidos pelos calceteiros do Município.

3. Manter e conservar os pavimentos pedonais das passagens superiores e inferiores.

Fundamentação: Por se encontrarem concessionadas ou pela sua elevada complexidade estrutural.

III. Mobiliário urbano

Manter, reparar e substituir o mobiliário urbano no espaço público existente em equipamentos ou espaços consideradas estruturantes, nos termos da presente deliberação, e o que resulte do contrato de concessão de publicidade exterior.

Fundamentação: Gestão global por uma só entidade.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

GABINETE DA VEREADORA GRAÇA FONSECA

IV. Sinalização horizontal e vertical

Conservar e reparar a sinalização horizontal e vertical, quando em equipamentos, espaços ou vias consideradas estruturantes, nos termos da presente deliberação.

Fundamentação: Gestão global por uma só entidade das vias centrais que integram a rede viária fundamental da cidade.

V. Licenças

1. Permissões administrativas de utilização/ocupação da via pública e ruído associadas **a obras**.

Fundamentação: Unidade de processo, uma vez que as competências de controlo prévio urbanístico não são abrangidas pela Lei n.º 56/2012.

2. Permissões administrativas de utilização/ocupação da via pública associadas a venda ambulante ou comércio não sedentário.

Fundamentação: Transversalidade a várias freguesias, em função da sua potencial rotatividade e itinerância.

3. Permissões administrativas associadas a filmagens e sessões fotográficas em vias, espaços ou equipamentos municipais, (independentemente da respetiva gestão pelas freguesias).

Fundamentação: Transversalidade a várias freguesias, na medida em que assenta no fomento da atividade cinematográfica e audiovisual e promoção internacional da cidade.

4. Permissões administrativas de utilização/ocupação da via pública, licenças para recintos improvisados, licenças de atividades ruidosas de carácter



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

GABINETE DA VEREADORA GRAÇA FONSECA

temporário e as licenças para realização de espectáculos desportivos e de divertimentos públicos nas vias, jardins e demais lugares públicos ao ar livre, desde que associadas ao desenvolvimento de atividades ou à realização de iniciativas e eventos organizados ou coorganizados pelo Município de Lisboa.

Fundamentação: Gestão integrada dos diversos meios municipais envolvidos neste tipo de atividades, iniciativas e eventos.

5. Permissões administrativas de utilização/ocupação da via pública, licenças para recintos improvisados, licenças de atividades ruidosas de carácter temporário e as licenças para realização de espectáculos desportivos e de divertimentos públicos nas vias, jardins e demais lugares públicos ao ar livre, desde que associadas ao desenvolvimento de atividades ou à realização de iniciativas e eventos relativamente aos quais se verifique pelo menos uma das seguintes condições:
- a) Relevância ao nível da cidade, nomeadamente por ocuparem território de mais de uma freguesia;
 - b) Grande dimensão (número de frequentadores em permanência no local superior a 1000);
 - c) Notoriedade (impacto nacional ou internacional).

Fundamentação: A resultante das condições fixadas em a) a c) *supra*.

VI. Habitação Municipal

Intervenções para melhoria das condições de habitabilidade dos fogos municipais devolutos e dos que se encontrem sob gestão de entidades terceiras

Fundamentação: Gestão global por uma só entidade.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

GABINETE DA VEREADORA GRAÇA FONSECA

B. Espaços de natureza estruturante:

I. Espaços verdes

1. Gerir e assegurar a manutenção dos espaços verdes constantes no Subanexo C.

Fundamentação: Transversalidade a várias freguesias, sendo espaços que integram o sistema de corredores verdes estruturantes com importância para o funcionamento dos ecossistemas naturais à escala municipal, conforme enquadramento no artigo 12.º do Regulamento do PDM, constituídos por Parques e Estruturas contínuas de dimensão relevante, abrangendo designadamente Parques Periurbanos de grande dimensão e uso à escala regional, Matas, Parques Urbanos e Jardins classificados ou em zonas classificadas patrimonialmente e / ou integradas em estruturas contínuas, corredores verdes, hortas, equipamentos municipais e espaços verdes que enquadram algumas vias consideradas estruturantes.

2. Gerir e assegurar a manutenção dos seguintes espaços verdes, até à conclusão das respetivas obras nas suas áreas envolventes, conforme Subanexo C.

- a) Rio Seco (parte substancial ainda em obra);
- b) Quinta da Paz (obra na estrada do Paço do Lumiar);

Fundamentação: Necessidade de assegurar que os empreiteiros, no contexto das responsabilidades que detêm no âmbito de contratos de empreitadas que ainda se encontram em período de garantia, assumem os encargos resultantes das deficiências que decorrem da execução dos trabalhos e que, por outro, não são executados, por terceiros, trabalhos que sirvam de argumento aos empreiteiros para se furtarem a essas mesmas responsabilidades, os trabalhos de manutenção a efetuar em obras que ainda não tenham sido objeto de receção definitiva (ato que



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

GABINETE DA VEREADORA GRAÇA FONSECA

marca o fim da garantia da obra por parte da entidade executante) devem permanecer, na sua totalidade, sob a responsabilidade do município.

3. Gerir e assegurar a manutenção dos espaços verdes, quando situados em equipamentos, espaços ou vias consideradas estruturantes, nos termos da presente deliberação.

Fundamentação: Gestão global por uma só entidade

II. Feiras

Assegurar a gestão e manutenção corrente das seguintes feiras, incluindo a limpeza:

1. Galinheiras;
2. Relógio;
3. Ladra.

Fundamentação: Transversalidade territorial, grande dimensão, motivos históricos e turísticos.

C. Vias de natureza estruturante:

São consideradas vias de natureza estruturante, para efeitos de exercício das competências no âmbito da **rede viária** e sinalética, as constantes do Subanexo D.

Fundamentação: Definição baseada no modelo de mobilidade definido no PDM em vigor. Foi utilizado como critério a manutenção da totalidade da rede viária respeitante ao 1.º nível, que constitui a Rede Estruturante da cidade. Estas vias asseguram as ligações inter-concelhias e de atravessamento, bem como as deslocações de maior distância dentro de Lisboa. Dadas as suas características contém, para além das vias municipais, vias pertencentes à Rede Rodoviária Nacional. Foram ainda definidas a maioria das vias do 2.º nível, que constituem a Rede de Distribuição Principal, que asseguram a distribuição dos maiores



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

GABINETE DA VEREADORA GRAÇA FONSECA

fluxos de tráfego internos ao município, bem como os percursos médios e o acesso à rede estruturante. Foram ainda definidas algumas vias pertencentes ao 3.º nível, que contribuem igualmente para esta Rede de Distribuição, com base no modelo de mobilidade que se pretende implementar para a cidade de Lisboa.

D. Equipamentos de natureza estruturante:

I. Parques infantis públicos

Criar, construir, gerir e manter parques infantis públicos, quando situados em espaços ou equipamentos considerados estruturantes, nos termos da presente deliberação.

Fundamentação: Gestão global de todos os elementos de cada espaço por uma só entidade.

II. Balneários, lavadouros e sanitários

Criar, construir, gerir, conservar e promover a limpeza de balneários, lavadouros e sanitários públicos, quando situados em espaços ou equipamentos considerados estruturantes, nos termos da presente deliberação.

Fundamentação: Gestão global de todos os elementos de cada espaço por uma só entidade.

III. Chafarizes, fontanários, fontes e lagos

1. Conservar e promover a reparação de chafarizes, fontanários, fontes e lagos quando situados em espaços ou equipamentos considerados estruturantes.

Fundamentação: Gestão global por uma só entidade.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

GABINETE DA VEREADORA GRAÇA FONSECA

2. Conservar e promover a reparação dos seguintes elementos de água, que não constam do *supra* elencado:

- a) Fontes da Praça D. Pedro IV (Rossio);
- b) Fonte Monumental da Alameda D. Afonso Henriques;
- c) Lagos do Jardim do Campo Grande;
- d) Fontes do Martim Moniz;
- e) Fonte do Largo D. Estefânia;
- f) Lago do Campo Santana;
- g) Lagos e fontes do Parque das Nações;**

Fundamentação: Gestão global de todos os elementos de cada espaço por uma só entidade e elevada complexidade estrutural.

3. Chafarizes constantes da Carta Municipal do Património Edificado e Paisagístico, publicado no anexo III ao Regulamento do PDM.

Fundamentação: Bens culturais imóveis de interesse predominantemente arquitetónico, histórico e paisagístico para o município.

IV. Mercados

Assegurar a gestão e manutenção corrente dos seguintes mercados, incluindo a limpeza:

- 1. Mercado da Ribeira;
- 2. Mercado de Campo de Ourique;

Fundamentação: Concessão da nave central e necessidade de gestor único dos diferentes contratos.

- 3. Mercado do Rato;
- 4. Mercado de Xabregas;

Fundamentação: Estão desativados ou em vias de desativação, tratando-se de mera gestão patrimonial.

- 5. Aglomerado da Praça de Espanha;



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

GABINETE DA VEREADORA GRAÇA FONSECA

Fundamentação: Integra um projeto urbanístico estruturante.

6. Todos os espaços situados dentro ou no perímetro dos mercados, desde que estejam concessionados ou sejam utilizados ao abrigo de protocolos com associações ou coletividades.

Fundamentação: Gestão contratual integrada e centralizada numa única entidade.

7. **O município deve desenvolver uma estratégia integrada para assegurar a manutenção e o desenvolvimento da rede de mercados de Lisboa, promovendo a sua função e procurando potenciar o papel dos mercados na dinamização do comércio tradicional e de proximidade, em articulação com as freguesias.**
8. **Qualquer alteração de função nos mercados não considerados estruturantes na presente deliberação fica sujeita a parecer prévio vinculativo da Câmara Municipal de Lisboa, delegável nos termos legais.**

V. Escolas, estabelecimentos de educação do 1.º ciclo e pré-escolar. creches e jardins de infância

Creches abrangidas pelo Programa de Desenvolvimento de Creches em Lisboa, a que se refere o Despacho n.º 192/P/2010, publicado no Boletim Municipal n.º 867, de 30 de Setembro.

Fundamentação: A gestão destes equipamentos está contratualizada com várias IPSS, Misericórdias e Mutualidades.

VI. Equipamentos sociais

Gerir, conservar e reparar os seguintes equipamentos:

1. Quinta Pedagógica;
2. Escolas de condução;



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

GABINETE DA VEREADORA GRAÇA FONSECA

3. Espaço a Brincar;

Fundamentação: Equipamentos de abrangência municipal, transversais a várias freguesias, nomeadamente no apoio às atividades extracurriculares dos alunos do município

4. Espaço Juventude

Fundamentação: Equipamento de âmbito municipal, transversal a várias freguesias no apoio ao associativismo juvenil, como espaço de reunião, formação e apresentação de iniciativas de jovens.

5. Incubadora Social de Lisboa

Fundamentação: Equipamento de abrangência municipal, transversal a várias freguesias no apoio ao empreendedorismo inclusivo, desenvolvimento de novos negócios e empresas sociais.

6. Unidade de Atendimento da Pessoa Sem Abrigo

Fundamentação: Equipamento de abrangência municipal, criado no âmbito do Plano para a Pessoa Sem Abrigo da Rede Social de Lisboa, de responsabilidade do município mas cuja coordenação está por protocolo entregue à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

7. Outros equipamentos sociais de âmbito municipal cuja gestão se encontra cedida por protocolo a entidades **terceiras.**

Fundamentação: A gestão destes equipamentos está contratualizada com várias entidades terceiras.

VII. Equipamentos culturais

Gerir, conservar e reparar os seguintes equipamentos:

1. Arquivo Municipal

- a) Arquivo Municipal Central;
- b) Arquivo Municipal Arco do Cego;
- c) Arquivo Municipal Fotográfico;
- d) Arquivo Municipal Videoteca;
- e) Depósito do Alto da Eira;



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

GABINETE DA VEREADORA GRAÇA FONSECA

2. Museus e locais de investigação, bem como os equipamentos associados:

- a) Museu da Cidade;
- b) Museu Rafael Bordalo Pinheiro;
- c) Museu do Teatro Romano;
- d) Museu de Santo António;
- e) Mude – Museu do Design e da Moda, Coleção Francisco Capelo;
- f) Atelier-Museu Júlio Pomar;
- g) Museu do Aljube (em constituição)
- h) Cal - Centro de Arqueologia de Lisboa;
- i) Gabinete de Estudos Olisiponenses;
- j) Centro de Acolhimento das Muralhas;
- k) Galerias Romanas;
- l) Gabinete de Azulejaria – oficinas;
- m) Gabinete de apoio ao Museu do Teatro Romano;
- n) Gabinete de Arqueologia no Rêgo;

3. Galerias e ateliês municipais:

- a) Galeria Quadrum – Coruchéus;
- b) Galeria Boavista;
- c) Ateliês dos Olivais – Contador-Mor;
- d) Ateliês dos Coruchéus;
- e) Ateliês Av. da Índia;
- f) Ateliês do Rêgo;

4. Residências artísticas da Boavista;

Fundamentação: A missão dos museus municipais tutelados pela CML, do arquivo municipal e das galerias municipais, bem como a respetiva programação está diretamente relacionada com o serviço público a prestar a todos os munícipes e a todos os visitantes da cidade de Lisboa e os patrimónios que constituem o acervo destes museus e do arquivo têm abrangência municipal e nacional, não existindo, no caso de Lisboa, museus de vocação especificamente comunitária, respeitante a uma freguesia.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

GABINETE DA VEREADORA GRAÇA FONSECA

5. Bibliotecas municipais e equipamentos associados:

- a) Biblioteca de Belém;
- b) Biblioteca Camões;
- c) Biblioteca dos Coruchéus,
- d) Biblioteca das Galveias;
- e) Biblioteca de Marvila (em construção);
- f) Biblioteca Orlando Ribeiro (com exceção do Auditório);
- g) Biblioteca da Penha de França;
- h) Biblioteca Municipal e Hemeroteca (antigo Complexo Desportivo da Lapa);
- i) Biblioteca por Timor;
- j) Bibliotecas Itinerantes;
- k) Biblioteca-Museu República e Resistência – Espaço Cidade Universitária;
- l) Livraria Municipal.

Fundamentação: Equipamentos integrados na Rede Municipal de Bibliotecas, considerados como ‘bibliotecas-âncora’, uma por cada Unidade Operativa de Planeamento de Gestão (UOPG), assegurando como tal uma cobertura territorial de nível municipal que abrange toda a **cidade**.

Todas as bibliotecas de Lisboa, incluindo as não consideradas estruturantes na presente deliberação, integram a Rede Municipal de Bibliotecas, geridas no âmbito do Programa Estratégico Biblioteca XXI, nomeadamente para efeitos de política de catalogação, gestão do acervo bibliográfico e empréstimos intra bibliotecas.

VIII. Equipamentos desportivos

Gerir conservar e reparar os seguintes equipamentos:

- 1. Complexo Desportivo Municipal do Casal Vistoso;
- 2. Complexo Desportivo Municipal do Alto do Lumiar;
- 3. Complexo de Atletismo Municipal Professor Moniz Pereira;



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

GABINETE DA VEREADORA GRAÇA FONSECA

Fundamentação: Instalações desportivas que extravasam a abrangência territorial da freguesia em que estão situados.

4. Complexo Desportivo Municipal do Areeiro;
5. Complexo Desportivo Municipal do Campo Grande;
6. Complexo Desportivo Municipal dos Olivais;

Fundamentação: Os equipamentos encontram-se concessionados, na sequência de concursos públicos internacionais.

7. **Complexo Desportivo da Lapa**

Fundamentação: Instalações desportivas que aguardam projeto de requalificação e nas quais se inserem a Biblioteca Municipal e Hemeroteca, implicando a gestão global do espaço por uma só entidade numa lógica integrada.

E. Disposições finais:

1. No que respeita à nova freguesia do Parque das Nações, tendo em conta que é a única freguesia criada de raiz por força da Lei n.º 56/2012 e que, numa considerável parte do seu território, o município sucedeu na posição contratual da Parque Expo, S.A., nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 241/2012, de 6 de novembro, o município assegura a prossecução das competências em matéria de gestão e manutenção urbana **e de gestão e manutenção de equipamentos** previstas na Lei n.º 56/2012 até que a mesma disponha de meios e recursos próprios adequados, devendo ser feito o respetivo acerto financeiro nos termos previstos na Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014.
2. O município e as freguesias de Lisboa devem colaborar no sentido de privilegiar a utilização dos espaços, vias e equipamentos municipais para programas de interesse para a Cidade.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

GABINETE DA VEREADORA GRAÇA FONSECA

3. As freguesias de Lisboa devem garantir a utilização dos espaços, vias e equipamentos não identificados como estruturantes na presente deliberação para a realização de iniciativas, programas ou eventos, quer sejam regulares ou ocasionais, designadamente nas áreas social, cultural, educativa, desportiva (a título de exemplo, a natação curricular e o Programa “Desporto Mexe Comigo”), recreativa ou outra de interesse para o município.
4. Os espaços, vias e equipamentos não identificados como estruturantes na presente deliberação que estejam onerados por contratos de concessão, revestem natureza estruturante, mantendo-se sob a gestão do município, independentemente da respetiva cessação, atendendo à necessidade de gestão contratual planificada e centralizada numa única entidade.
5. Os espaços, vias e equipamentos não identificados como estruturantes na presente deliberação devem manter a sua função, estando qualquer alteração sujeita a parecer prévio vinculativo **da Câmara Municipal de Lisboa**, delegável nos termos legais.
6. Para garantir uma gestão integrada da cidade e evitar a sobreposição de eventos e atividades a realizar no espaço público, ficam sujeitas a parecer prévio obrigatório e vinculativo do Presidente da Câmara Municipal as permissões administrativas de utilização/ocupação da via pública – com exceção das meras comunicações prévias previstas no Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de maio –, as licenças para recintos improvisados, as licenças de atividades ruidosas de carácter temporário e as licenças para realização de espectáculos desportivos e de divertimentos públicos nas vias, jardins e demais lugares públicos ao ar livre, nos seguintes locais:
 - a) Eixos identificados no Subanexo E e respetiva delimitação territorial;
 - b) Largo do Intendente.
7. Para além do parecer referido no número anterior, as freguesias de Lisboa ficam obrigadas a solicitar todos os pareceres legal ou regulamentarmente exigidos, incluindo os que devem ser emitidos pelos serviços municipais.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

GABINETE DA VEREADORA GRAÇA FONSECA

8. A emissão das licenças previstas nos números 2, 4 e 5 do Ponto V da Secção A da presente deliberação está sujeita a parecer prévio do Presidente da Junta de Freguesia.
9. De modo a garantir a partilha de informação necessária a uma gestão integrada da cidade no âmbito da prossecução das competências do município e das freguesias de Lisboa, nos termos dos artigos 12.º e 13.º da Lei n.º 56/2012, devem ser utilizados os seguintes recursos informáticos:
 - a) Aplicação de gestão, registo e consulta de processos de licenciamento municipal;
 - b) Aplicação de gestão de ocorrências e pedidos de intervenção, aplicação que permite, aos munícipes, reportar de forma direta situações que exijam reparações ou manutenções na cidade, seguir a evolução da resolução destas situações, e garantir a articulação entre os serviços responsáveis pela sua resolução;
 - c) Serviços de integração e comunicação de informação com os sistemas de informação da Câmara Municipal de Lisboa.
10. Sem prejuízo da fiscalização exercida pelo município, os autos resultantes da fiscalização exercida pelas freguesias, no âmbito da prossecução das competências previstas no artigo 12.º da Lei n.º 56/2012, devem ser em tempo remetidos ao município para efeitos de instrução dos procedimentos de contraordenação e eventual aplicação de medidas sancionatórias, nos termos legais.
11. Na sequência da presente deliberação, o município deve disponibilizar informação técnica relevante para a prossecução das novas competências próprias das freguesias de Lisboa.
12. O município deve garantir a monitorização e o acompanhamento técnico da implementação da presente deliberação.
13. A identificação do elenco das missões de interesse geral e comum a toda ou a uma parte significativa da cidade, bem como dos espaços, vias e equipamentos de natureza estruturante para a cidade ou para a execução



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

GABINETE DA VEREADORA GRAÇA FONSECA

daquelas missões, efetuada na presente deliberação, deve ser reapreciada pela assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, no prazo de um ano.

14. Nos termos do artigo **85.º** da Proposta de Lei de Orçamento de Estado para 2014, a transferência de competências para as freguesias de Lisboa efectiva-se por auto de transferência, do qual deve constar o respetivo elenco das missões, espaços, vias e equipamentos de natureza não estruturante, bem como o elenco de direitos e garantias dos trabalhadores que visam assegurar a plenitude de direitos adquiridos consagrada no artigo 16.º da Lei 56/2012.
15. A presente deliberação produz efeitos a partir da data da sua publicação em Boletim Municipal.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

GABINETE DA VEREADORA GRAÇA FONSECA

SUBANEXO A

POSTOS DE LIMPEZA

Zona	Posto	Freguesia	Morada
1	Restelo	Belém	Rua Antão Gonçalves (Pedrouços)
2	Boavista	Misericórdia	Rua Dom Luis I, nº10
4	Valsassina	Marvila	Avenida Avelino Teixeira da Mota
4	Marvila	Marvila	Rua de Marvila, 59
4	Olivais Sul	Olivais	Avenida Cidade de Luanda
6	Rego	Avenidas Novas	Rua Filipe da Mata
7	Calhariz	São Domingos de Benfica	Rua António Saúde
8	Telheiras	Lumiar	Rua Filipe Duarte



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

GABINETE DA VEREADORA GRAÇA FONSECA

SUBANEXO B

CALÇADAS ARTÍSTICAS

1. Zonas de intervenção estratégica

- Rua da Prata;
- Rua do Ouro;
- Rua Augusta;
- Largo do Chiado;
- Rua Garrett;
- Rua dos Fanqueiros;
- Rua do Alecrim;
- Praça do Duque da Terceira (Cais do Sodré);
- Praça Marquês de Pombal;
- Jardim da Estrela;
- Rotunda da Rua de São Jorge (Estrela);
- Praça do Império;
- Largo Frei Heitor Pinto (S. João de Brito);
- Jardim das Amoreiras;
- Rua do Comércio;
- Largo da Boa-Hora;
- Rua Nova do Almada;
- Rua Primeiro de Dezembro;
- Rua das Portas de Santo Antão;
- Rua de São José;
- Av. Conde de Valbom;
- Entrada do Castelo de São Jorge;
- Praça do Rossio;
- Praça dos Restauradores;
- Avenida da Liberdade;
- Jardim de São Pedro de Alcântara.

2. Desenhos em calçada artística, pontualmente dispersos pela cidade. A título exemplificativo:

- Av. Almirante Reis
- Av. Fontes Pereira de Melo
- Av. da República
- **Alameda dos Oceanos, na placa central, e na envolvente da Doca dos Olivais**



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

GABINETE DA VEREADORA GRAÇA FONSECA

3. Locais onde futuramente venha a ser implementada calçada artística.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

GABINETE DA VEREADORA GRAÇA FONSECA

SUBANEXO C

ESPAÇOS VERDES ESTRUTURANTES

FREGUESIA	TIPOLOGIA	DESIGNAÇÃO	MORADA
AJUDA	EQUIPAMENTO MUNICIPAL (CEMITÉRIO)	CEMITÉRIO DA AJUDA	CALÇADA DO GALVÃO
AJUDA	HORTAS (CORREDOR VERDE OCIDENTAL)	PARQUE HORTÍCOLA DO CASALINHO DA AJUDA	RUA CASALINHO DA AJUDA
ALCÂNTARA	PARQUE URBANO (PARQUE PERIURBANO MONSANTO)	PARQUE RECREATIVO DO ALVITO	
ALVALADE	EQUIPAMENTO MUNICIPAL	PALÁCIO PIMENTA - JARDIM DE BUCHO - JARDIM BORDALO PINHEIRO - MUSEU DA CIDADE	CAMPO GRANDE
ALVALADE	EQUIPAMENTO MUNICIPAL	JARDIM DO MUSEU RAFAEL BORDALO PINHEIRO	CAMPO GRANDE
ALVALADE	PARQUE URBANO	JARDIM DO CAMPO GRANDE	
ALVALADE	PARQUE URBANO (CORREDOR VERDE CENTRAL)	PARQUE JOSÉ GOMES FERREIRA - MATA DE ALVALADE	AVENIDA ALMIRANTE GAGO COUTINHO, PARQUE DE ALVALADE
AREEIRO	ÁREA EXPECTANTE (CORREDOR VERDE ORIENTAL)	VALE DO CASAL VISTOSO - QUINTA DA MONTANHA	AVENIDA AFONSO COSTA
AREEIRO	EQUIPAMENTO MUNICIPAL	EDIFÍCIO SEDE DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS E SOCIAIS DA CML	AVENIDA AFONSO COSTA
AVENIDAS NOVAS	EQUIPAMENTO MUNICIPAL (CORREDOR VERDE DE MONSANTO)	ESTUFA FRIA DE LISBOA	PARQUE EDUARDO VII
AVENIDAS NOVAS	CORREDOR VERDE DE MONSANTO	JARDIM AMÁLIA RODRIGUES	ALAMEDA CARDEAL CEREJEIRA
AVENIDAS NOVAS	PARQUE URBANO (CORREDOR VERDE MUNICIPAL)	PARQUE EDUARDO VII DE INGLATERRA	ALAMEDA EDGAR CARDOSO
AVENIDAS NOVAS	EQUIPAMENTO MUNICIPAL	PALÁCIO GALVEIAS	CAMPO PEQUENO
BELÉM	ENQUADRAMENTO DE MONUMENTO	JARDIM DA PRAÇA AFONSO DE ALBUQUERQUE	PRAÇA AFONSO DE ALBUQUERQUE
BELÉM	ENQUADRAMENTO DE MONUMENTO	JARDIM DA TORRE DE BELÉM	AVENIDA BRASÍLIA
BELÉM	ENQUADRAMENTO DE MONUMENTO, EQUIPAMENTO MUNICIPAL (VIVEIRO)	JARDIM PRAÇA DO IMPÉRIO, VIVEIRO VILA CORREIA	PRAÇA DO IMPÉRIO
BENFICA	EQUIPAMENTO MUNICIPAL (CEMITÉRIO)	CEMITÉRIO DE BENFICA	ESTRADA DOS ARNEIROS
BENFICA	PARQUE URBANO (PARQUE PERIURBANO MONSANTO)	PARQUE RECREATIVO ALTO DA SERAFINA	
BENFICA	HORTAS (CORREDOR VERDE PERIFÉRICO)	HORTAS DA QUINTA DA GRANJA	AVENIDA LUSÍADA
CAMPOLIDE	EQUIPAMENTO MUNICIPAL	COMPLEXO DA PROTEÇÃO CIVIL E POLÍCIA MUNICIPAL	RUA CARDEAL SARAIVA / AVENIDA CALOUSTE GULBENKIAN
CAMPOLIDE	CORREDOR VERDE DE MONSANTO	JARDIM AMNISTIA INTERNACIONAL - JARDINS DE CAMPOLIDE	RUA DE CAMPOLIDE
CAMPOLIDE	CORREDOR VERDE DE MONSANTO	ENVOLVENTE DO PARQUE VENTURA TERRA – AVENIDA MARQUÊS DA FRONTEIRA / AVENIDA CALOUSTE GULBENKIAN	AVENIDA CALOUSTE GULBENKIAN / JARDIM AMÁLIA RODRIGUES



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

GABINETE DA VEREADORA GRAÇA FONSECA

FREGUESIA	TIPOLOGIA	DESIGNAÇÃO	MORADA
CAMPOLIDE	PARQUE URBANO (CORREDOR VERDE DE MONSANTO)	PARQUE JOSÉ PINTO	RUA DE CAMPOLIDE
CAMPO DE OURIQUE	ESPAÇOS VERDES DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO (CORREDOR VERDE DO VALE DE ALCÂNTARA)	ENCOSTA CASAL VENTOSO	RUA MARIA PIA
CARNIDE	EQUIPAMENTO MUNICIPAL (CEMITÉRIO)	CEMITÉRIO DE CARNIDE	ESTRADA DA CIRCUNVALAÇÃO\RUAS RIO DE ZEZE
CARNIDE	ENQUADRAMENTO DE EQUIPAMENTO (CORREDOR VERDE DO PARQUE PERIFÉRICO)	POLO TECNOLÓGICO DE LISBOA	AVENIDA CIDADE DE PRAGA/ESTRADA DO PAÇO DO LUMIAR
ESTRELA	EQUIPAMENTO MUNICIPAL (CEMITÉRIO)	CEMITÉRIO DOS PRAZERES	PRAÇA S. JOÃO BOSCO
ESTRELA	EQUIPAMENTO MUNICIPAL	PALÁCIO MACHADINHOS	RUA DO QUELHAS
ESTRELA	JARDIM PRINCIPAL EM ZONA CLASSIFICADA	JARDIM GUERRA JUNQUEIRO - JARDIM DA ESTRELA	PRAÇA DA ESTRELA
ESTRELA	PARQUE E MATA, EM ZONA CLASSIFICADA	TAPADA DAS NECESSIDADES	CALÇADA DAS NECESSIDADES
LUMIAR	ÁREA EXPECTANTE CORREDOR VERDE PERIFÉRICO	RUA ANTÓNIO LIVRAMENTO - JUNTO À GALP	RUA ANTÓNIO LIVRAMENTO
LUMIAR	ÁREA EXPECTANTE CORREDOR VERDE PERIFÉRICO	ESTRADA DO DESVIO/CALÇADA DO POÇO	ESTRADA DO DESVIO
LUMIAR	EQUIPAMENTO MUNICIPAL (CEMITÉRIO)	CEMITÉRIO DO LUMIAR	AZINHAGA DAS LAGES
LUMIAR	PARQUE URBANO CORREDOR VERDE PERIFÉRICO	PARQUE QUINTA DAS CONCHAS E DOS LILASES	ALAMEDA DAS LINHAS DE TORRES
LUMIAR	Parque Hortícola de Telheiras	Rua Prof. Francisco Gentil	
LUMIAR	HORTAS E EQUIPAMENTO MUNICIPAL (VIVEIRO) (CORREDOR VERDE PERIFÉRICO)	HORTAS DA QUINTA DA PAZ E VIVEIRO DE SÃO CRISTÓVÃO	
MARVILA	ÁREA EXPECTANTE CORREDOR VERDE ORIENTAL	AVENIDA DO SANTO CONDESTÁVEL	AVENIDA DO SANTO CONDESTÁVEL
MARVILA	EQUIPAMENTO MUNICIPAL	PALÁCIO DA MITRA	RUA DO AÇUCAR
MARVILA	EQUIPAMENTO MUNICIPAL	ESPAÇO MUNICIPAL DA FLAMENGA	RUA FERREIRA DE CASTRO
MARVILA	PARQUE URBANO, HORTAS E ESPAÇOS VERDES DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO (CORREDOR VERDE ORIENTAL)	PARQUE HORTÍCOLA DO VALE DE CHELAS, PERCURSO CICLÁVEL NA ENVOLVENTE DO BAIRRO DA FLAMENGA E LIGAÇÃO ENTRE O VALE DE CHELAS E VALE FUNDÃO	AVENIDA DO S. CONDESTÁVEL
MARVILA	PARQUE URBANO (CORREDOR VERDE ORIENTAL)	PARQUE DA BELAVISTA	AVENIDA DR. ARLINDO VICENTE
MARVILA	PARQUE URBANO (CORREDOR VERDE ORIENTAL)	PARQUE DO VALE FUNDÃO	RUA DR. JOSÉ ESPÍRITO SANTO
MARVILA	EQUIPAMENTO MUNICIPAL – VIVEIRO DA QUINTA DAS FLORES (CORREDOR VERDE ORIENTAL)	RUA PEDRO DE AZEVEDO	
OLIVAIS	EQUIPAMENTO MUNICIPAL (CEMITÉRIO)	CEMITÉRIO DOS OLIVAIS	AVENIDA DE PÁDUA
OLIVAIS	EQUIPAMENTO MUNICIPAL	GARAGEM OLIVAIS 2	AVENIDA DR. FRANCISCO LUÍS GOMES
OLIVAIS	PARQUE URBANO (CORREDOR VERDE DOS OLIVAIS)	PARQUE DO VALE DO SILÊNCIO	PARQUE MUNICIPAL DO VALE DO SILÊNCIO



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

GABINETE DA VEREADORA GRAÇA FONSECA

FREGUESIA	TIPOLOGIA	DESIGNAÇÃO	MORADA
OLIVAIS	PARQUE URBANO (CORREDOR VERDE DOS OLIVAIS)	PARQUE DOS OLIVAIS	AVENIDA DE BERLIM
OLIVAIS	EQUIPAMENTO MUNICIPAL (CORREDOR VERDE DOS OLIVAIS)	VIVEIRO DA QUINTA CONDE ARCOS	AVENIDA DR. FRANCISCO LUÍS GOMES
PARQUE DAS NAÇÕES	PARQUE PERIURBANO	PARQUE URBANO DO TEJO E DO TRANCÃO	PASSEIO DO TEJO, PARQUE URBANO DO RIO TRANCÃO
PENHA DE FRANÇA	EQUIPAMENTO MUNICIPAL (CEMITÉRIO)	CEMITÉRIO DO ALTO DE SÃO JOÃO	PARADA DO ALTO DE S. JOÃO
PENHA DE FRANÇA	EQUIPAMENTO MUNICIPAL - UCCLA	PENHA DE FRANÇA	
SANTA CLARA	ÁREA EXPECTANTE CORREDOR VERDE PERIFÉRICO	MIRADOURO DO ALTO DO CHAPELEIRO	RUA ALTO DO CHAPELEIRO
SANTA CLARA	ÁREA EXPECTANTE CORREDOR VERDE PERIFÉRICO	RUA ALTO DO CHAPELEIRO - P.U.V.A.	RUA ALTO DO CHAPELEIRO
SANTA CLARA	ÁREA EXPECTANTE CORREDOR VERDE PERIFÉRICO	ÁREA EXPECTANTE NO BAIRRO PER	RUA JOSÉ VIANA
SANTA CLARA	ÁREA EXPECTANTE CORREDOR VERDE PERIFÉRICO	RUA PROF. ADELINO DA PALMA CARLOS - P.U.V.A.	RUA PROF. ADELINO DA PALMA CARLOS
SANTA CLARA	ÁREA EXPECTANTE CORREDOR VERDE PERIFÉRICO	RUA CIDADE DE TOMAR/ESTRADA DO DESVIO	RUA CIDADE DE TOMAR
SANTA CLARA	PARQUE URBANO CORREDOR VERDE PERIFÉRICO	PARQUE DO VALE DA AMEIXOEIRA	RUA DO GRAFANIL
SANTA CLARA	PARQUE URBANO CORREDOR VERDE PERIFÉRICO	PARQUE VALE GRANDE	AVENIDA NUNO KRUS ABECASSIS
SÃO DOMINGOS DE BENFICA	EQUIPAMENTO MUNICIPAL	JARDIM DO BEAU SÉJOUR	ESTRADA DE BENFICA
SÃO DOMINGOS DE BENFICA	PARQUE URBANO (PARQUE PERIURBANO DE MONSANTO)	Parque Recreativo Alto da Serafina	Monsanto
SÃO DOMINGOS DE BENFICA	HORTAS	HORTAS DO PARQUE BENSAÚDE	
SÃO VICENTE	PARQUE URBANO JUNTO DE EDIFÍCIO CLASSIFICADO COMO MONUMENTO NACIONAL	PARQUE CONVENTO DA GRAÇA	CALÇADA DO MONTE
VÁRIAS	PARQUE PERI-URBANO	PARQUE FLORESTAL DE MONSANTO	VÁRIAS
VÁRIAS (OLIVAIS / LUMIAR / ALVALADE/ CARNIDE / BENFICA / SÃO DOMINGOS DE BENFICA)	ENQUADRAMENTO DE VIA DE 1.º NÍVEL	2.º CIRCULAR	VÁRIAS
VÁRIAS SANTA CLARA / LUMIAR / SÃO DOMINGOS DE BENFICA / CAMPOLIDE / ALCÂNTARA)	ENQUADRAMENTO DE VIA DE 1.º NÍVEL	EIXO NORTE/SUL	EIXO NORTE-SUL
VÁRIAS (CAMPOLIDE / CAMPO DE OURIQUE / ALCÂNTARA)	ENQUADRAMENTO DE VIA DE 1.º NÍVEL	AVENIDA CALOUSTE GULBENKIAN /AVENIDA DE CEUTA	AVENIDA CALOUSTE GULBENKIAN /AVENIDA DE CEUTA
VÁRIAS (BENFICA / SÃO DOMINGOS DE BENFICA / CARNIDE)	ENQUADRAMENTO DE VIA DE 1.º NÍVEL	AVENIDA LUSÍADA	AVENIDA LUSÍADA
CAMPOLIDE	ENQUADRAMENTO DE VIA DE 1.º NÍVEL	PRAÇA DE ESPANHA	PRAÇA DE ESPANHA
LUMIAR	ENQUADRAMENTO DE VIA DE 1.º NÍVEL	AVENIDA PADRE CRUZ	AVENIDA PADRE CRUZ
LUMIAR	ENQUADRAMENTO DE VIA DE 1.º	EIXO CENTRAL DO ALTO DO LUMIAR	AVENIDA SANTOS E CASTRO



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

GABINETE DA VEREADORA GRAÇA FONSECA

FREGUESIA	TIPOLOGIA	DESIGNAÇÃO	MORADA
	NÍVEL		
LUMIAR / SANTA CLARA	ENQUADRAMENTO DE VIA DE 1º NÍVEL	CALÇADA DE CARRICHE	CALÇADA DE CARRICHE
MARVILA	ENQUADRAMENTO DE VIA DE 1º NÍVEL	AVENIDA DO SANTO CONDESTÁVEL/AVENIDA MARECHAL ANTÓNIO DE SPÍNOLA	AVENIDA DO SANTO CONDESTÁVEL/AVENIDA MAR. ANTÓNIO DE SPÍNOLA



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

GABINETE DA VEREADORA GRAÇA FONSECA

SUBANEXO D

VIAS ESTRUTURANTES

- Acesso Avenida da Ponte
- Anel Interior Norte
- Auto-Estrada 5
- Avenida 24 de Janeiro
- Avenida Afonso Costa
- Avenida Almirante Gago Coutinho
- Avenida Almirante Reis
- Avenida Álvares Cabral
- Avenida Álvaro Pais
- Avenida António Augusto de Aguiar
- Avenida Calouste Gulbenkian
- Avenida Cidade de Praga
- Avenida Cidade do Porto
- Avenida da Índia
- Avenida da Liberdade
- Avenida da República
- Avenida da Ribeira das Naus
- Avenida das Descobertas
- Avenida das Forças Armadas
- Avenida das Nações Unidas (antiga Rua E da Urb. da Quinta de Santo António)
- Avenida de Berlim
- Avenida de Berna
- Avenida de Brasília
- Avenida de Ceuta
- Avenida de Roma
- Avenida do Brasil
- Avenida do Colégio Militar
- Avenida do Restelo
- Avenida do Santo Condestável (antiga Avenida Principal de Chelas)



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

GABINETE DA VEREADORA GRAÇA FONSECA

- Avenida Dom João II
- Avenida Dom Vasco da Gama
- Avenida dos Combatentes
- Avenida dos Condes de Carnide (antiga Avenida da Pontinha)
- Avenida dos Estados Unidos da América
- Avenida Dr. Arlindo Vicente (antiga Rua 1 da Zona N1 de Chelas)
- Avenida Dr. Francisco Luís Gomes
- Avenida Engenheiro Duarte Pacheco
- Avenida Fontes Pereira de Melo
- Avenida General Correia Barreto (antiga Radial de Benfica)
- Avenida General Norton de Matos
- Avenida Infante Dom Henrique
- Avenida Infante Santo
- Avenida João XXI
- Avenida Lusíada
- Avenida Marechal António de Spínola
- Avenida Marechal Craveiro Lopes
- Avenida Marechal Francisco da Costa Gomes (antigas Via B1 e B2, Ramais B e C da Zona RTB)
- Avenida Marechal Gomes da Costa
- Avenida Marechal Teixeira Rebelo
- Avenida Mouzinho de Albuquerque
- Avenida Padre Cruz
- Avenida Professor Egas Moniz
- Avenida Professor Gama Pinto
- Avenida Santos e Castro
- Avenida Tenente Martins
- Avenida Ucrânia (antigo Anel Interior Sul)
- Avenida Vinte e Quatro de Julho
- Cais do Sodré
- Calçada de Carriche
- Caminho Pedreiras
- Campo Grande
- Campo Pequeno
- Eixo Norte/Sul
- Estrada da Portela (Alto da Boavista)
- Estrada da Serafina



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

GABINETE DA VEREADORA GRAÇA FONSECA

- Estrada de Monsanto
- Estrada de Montes Claros
- Estrada de Queluz
- Estrada do Alvito
- Estrada do Barcal
- Estrada do Calhariz de Benfica
- Estrada do Outeiro
- Estrada do Penedo
- Estrada dos Marcos
- Largo de S. Domingos de Benfica
- Largo de Santa Bárbara
- Largo do Rato
- Ponte Vasco da Gama (Moscardide)
- Praça 25 de Abril
- Praça Baden Powell
- Praça de Alvalade
- Praça do Aeroporto
- Praça do Chile
- Praça do Comércio
- Praça do Duque de Saldanha
- Praça do Marquês de Pombal
- Praça Dom Manuel I
- Praça dos Restauradores
- Praça Espanha
- Praça Francisco Sá Carneiro (antiga Praça do Areeiro)
- Praça General Domingos de Oliveira
- Praça José Queirós
- Praça Martim Moniz
- Praça Paiva Couceiro
- Praça São Francisco de Assis
- Rotunda 1 (Túnel do Rego)
- Rotunda 1 (Vale de Chelas)
- Rotunda das Olaias
- Rua 1 (Túnel do Rego)
- Rua Alexandre Herculano
- Rua António Gonçalves
- Rua Cascais



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

GABINETE DA VEREADORA GRAÇA FONSECA

- Rua da Benificiência
- Rua da Cintura do Porto de Lisboa
- Rua da Estrela
- Rua da Palma
- Rua da Senhora da Saúde
- Rua de Campolide
- Rua de São Jorge
- Rua do Conde de Redondo
- Rua do Sol a Chelas
- Rua Febo Moniz
- Rua Fernandes da Fonseca
- Rua Jacinta Marto (antigo troço da Rua Joaquim Bonifácio)
- Rua João de Oliveira Miguens
- Rua Joaquim António Aguiar
- Rua Joaquim Bonifácio
- Rua Mar
- Rua Morais Soares
- Rua Pedro Cruz (antiga Rua C da Zona N1 de Chelas)
- Rua Professor Vieira Natividade
- Rua Sousa Lopes
- Travessa de S. Domingos de Benfica



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

GABINETE DA VEREADORA GRAÇA FONSECA

[Plantas – Vias Estruturantes]

**O ANEXO “D” DA PROPOSTA (PLANTA)
ENCONTRA-SE PARA CONSULTA**



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

GABINETE DA VEREADORA GRAÇA FONSECA

SUBANEXO E

DELIMITAÇÃO TERRITORIAL DOS EIXOS

Parque das Nações

Norte	Rua do Bojador
Nascente	Passeio das Tágides, Porta do Tejo, Passeio das Tágides, Passeio de Neptuno
Sul	Passeio de Ulisses, Jardim da Água
Poente	Alameda dos Oceanos

Martim Moniz

Norte	Rua da Palma, Rua Fernandes da Fonseca, Rua da Senhora da Saúde
Nascente	Rua da Senhora da Saúde, Praça Martim Moniz
Sul	Praça Martim Moniz
Poente	Rua da Palma

Parque Eduardo VII

Norte	Rua Marquês de Fronteira, Avenida de Sidónio Pais
Nascente	Avenida de Sidónio Pais
Sul	Avenida Fontes Pereira de Melo, Praça do Marquês de Pombal, Rua Joaquim António de Aguiar
Poente	Rua Castilho

Avenida da Liberdade

Norte	Praça do Marquês de Pombal
Nascente	Praça do Marquês de Pombal, Avenida da Liberdade, Praça dos Restauradores, Rua Primeiro de Dezembro, Praça Dom João da Câmara
Sul	Praça Dom João da Câmara
Poente	Rua Primeiro de Dezembro, Praça dos Restauradores, Avenida da Liberdade, Praça do Marquês de Pombal

Baixa|Chiado|Zona Ribeirinha

Norte	Praça Dom João da Câmara, Largo do Regedor
Nascente	Escadinhas da Barroca, Largo de São Domingos, Rua Dom Antão de Almada, Praça da Figueira, Rua dos Condes de Monsanto, Rua da Madalena, Rua dos Bacalhoeiros, Rua Instituto Virgílio Machado
Sul	Avenida Infante Dom Henrique e frente de rio na zona compreendida entre a Praça do Comércio, Cais das Colunas e Cais do Sodré
Poente	Cais do Sodré, Praça do Duque da Terceira, Rua dos Remolares, Rua Bernardino Costa, Avenida da Ribeira das Naus, Praça do Comércio, Rua do Arsenal, Praça do Município, Largo de São Julião, Rua Nova do Almada, Rua Garrett, Rua Serpa Pinto, Largo de São Carlos, Rua Paiva de Andrada, Largo do Chiado, Praça de Luís de Camões, Rua do Carmo, Praça D. Pedro IV, Praça Dom João da Câmara, Rua Primeiro de Dezembro



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

GABINETE DA VEREADORA GRAÇA FONSECA

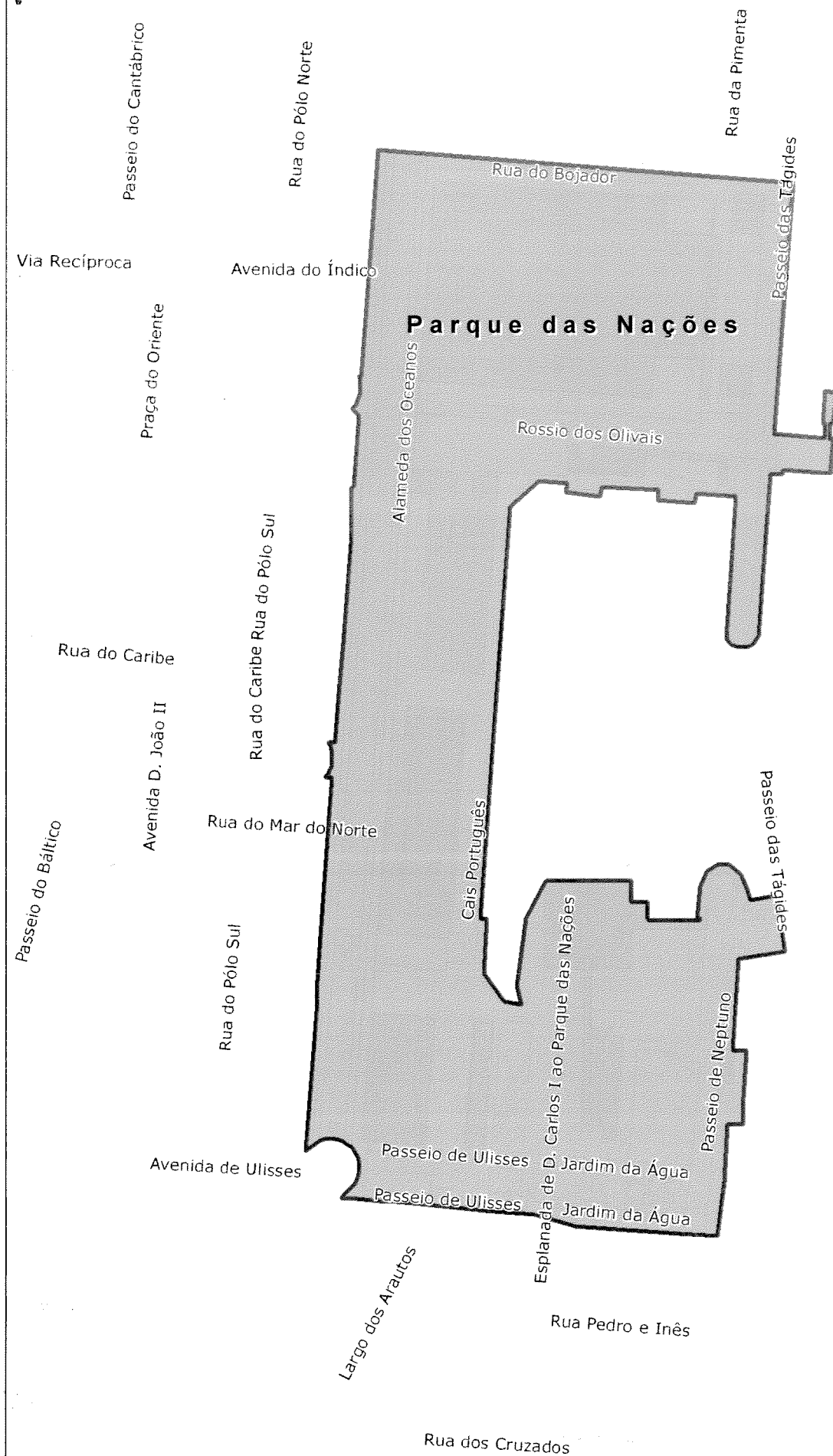
Belém

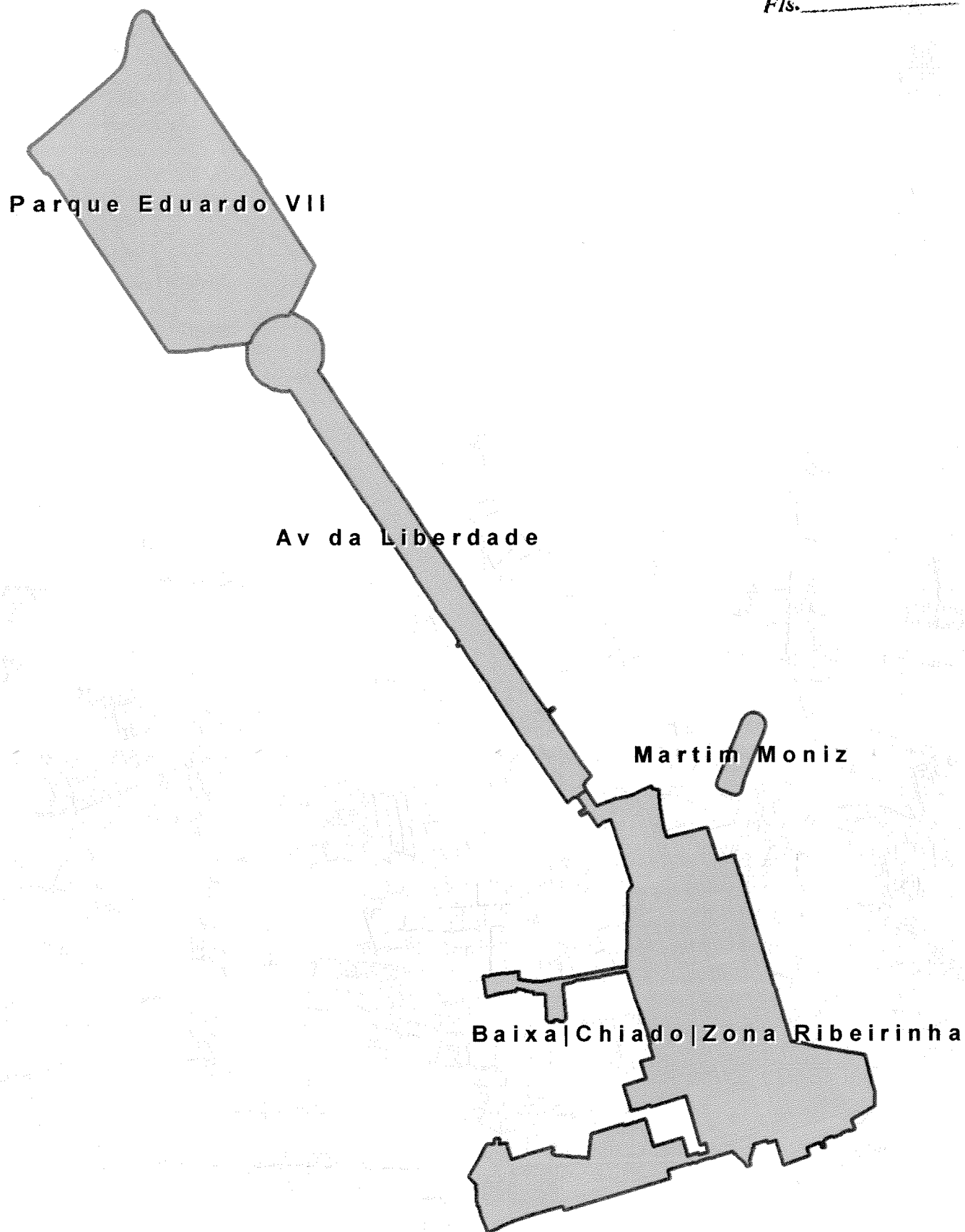
Norte	Avenida de Brasília, Praça do Império, Largo dos Jerónimos, Rua de Belém
Nascente	Praça Afonso de Albuquerque, Avenida de Brasília
Sul	Avenida de Brasília, e frente de rio na zona compreendida entre Doca do Bom Sucesso, Doca de Belém, Cais da Princesa, Jardim Torre de Belém
Poente	Jardim Torre de Belém



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A
G A B I N E T E D A V E R E A D O R A G R A Ç A F O N S E C A

[Plantas – Eixos]







C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

ATA EM MINUTA

Nos termos e para os efeitos do artigo 57º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, bem como o disposto no artigo 19º, nº 2 do Regimento da CML, foram aprovadas na Reunião de Câmara de 20 de Dezembro de 2013, as propostas a seguir discriminadas, constituindo o presente documento, bem como os originais das referidas propostas, a ata em minuta:

Proposta n.º 915/2013 (Subscrita pela Sr.ª Vereadora Graça Fonseca)

Aprovar submeter à Assembleia Municipal a aprovação do elenco das missões de interesse geral e comum a toda ou a uma parte significativa da cidade, bem como dos espaços, das vias e dos equipamentos de natureza estruturante para a cidade ou para a execução daquelas missões, nos termos da proposta;

(Aprovada por maioria com 14 votos a favor (9PS, 2Ind., 3PPD/PSD), 2 votos contra (PCP) e 1 abstenção (CDS/PP))

Proposta n.915A/2013 (Subscrita pelos Senhores Vereadores do PCP)

Aprovar às alterações à proposta nº 915/2013, nos termos da proposta;

(Votada ponto por ponto)

Ponto 1, ponto 2.1, ponto 2.3, ponto 2.5, ponto 2.6 - rejeitados com 15 votos contra (9PS, 2IND, 3PPD/PSD e 1CDS/PP) e 2 votos a favor (PCP)

Ponto 2.2 - rejeitado com 13 votos contra (9PS, 3PPD/PSD e 1 CDS/PP), 2 abstenções (IND) e 2 a favor (PCP)

Ponto 2.4 - rejeitado com 14 votos contra (9PS, 1(IND), 3(PPD/PSD) e 1 (CDS/PP), 1 abtenção (IND) e 2 votos a favor (PCP));



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Proposta n.º 916/2013 (Subscrita pelo Sr. Vereador Fernando Medina e pela Sra. Vereadora Graça Fonseca)

Aprovar submeter à Assembleia Municipal a definição dos critérios de transição dos recursos humanos do mapa de pessoal do Município de Lisboa que acompanham a atribuição das novas competências às Freguesias, ao abrigo da Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro, nos termos da proposta;

(Aprovada por maioria com 14 votos a favor (9PS, 2Ind. e 3PPD/PSD), 2 votos contra (PCP) e 1 abstenção (1CDS/PP))

Proposta n.º 916A/2013 (Subscrita pelos Senhores Vereadores do PCP)

Aprovar as alterações à proposta nº 916/2013, nos termos da proposta;

(Votada ponto por ponto:

Ponto 1 - rejeitado com 13 votos contra (9PS, 3PPD/PSD e 1 CDS/PP) e 4 votos a favor (2Ind. e 2 PCP))

Ponto 2 - rejeitado com 15 votos contra (9PS, 2IND, 3PPD/PSD e 1CDS/PP) e 2 votos a favor (PCP))

Nos termos do n.º 3 do Art. 57.º da supra citada Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro eu, *[assinatura]* Directora do Departamento de Apoio aos Órgãos e Serviços do Município mandei lavrar.

Paços do Concelho, em 20 de Dezembro de 2013

O Presidente

[assinatura]

- António Costa -

PROPOSTA N.º 915/2013 - APROVAR SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL A APROVAÇÃO DO ELENCO DAS MISSÕES DE INTERESSE GERAL E COMUM A TODA OU A UMA PARTE SIGNIFICATIVA DA CIDADE, BEM COMO DOS ESPAÇOS, DAS VIAS E DOS EQUIPAMENTOS DE NATUREZA ESTRUTURANTE PARA A CIDADE OU PARA A EXECUÇÃO DAQUELAS MISSÕES, NOS TERMOS DA PROPOSTA;

PROPOSTA N.º 916/2013 - APROVAR SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL A DEFINIÇÃO DOS CRITÉRIOS DE TRANSIÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS DO MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE LISBOA QUE ACOMPANHAM A ATRIBUIÇÃO DAS NOVAS COMPETÊNCIAS ÀS FREGUESIAS, AO ABRIGO DA LEI N.º 56/2012, DE 8 DE NOVEMBRO, NOS TERMOS DA PROPOSTA;

O Sr. Presidente: - Creio que já estamos em condições...

Muito bem, Sras. e Srs. Vereadores, muito bom dia, bom dia a todos os presentes, creio que estamos em condições de retomar os trabalhos que interrompemos antes de ontem, sei que há novas, algumas alterações introduzidas no texto das duas propostas que temos para apreciação, antes disso, quero dizer que na reunião de hoje a Sra. Vereadora Teresa Leal Coelho é substituída pela Sra. Vereadora Alexandra Barreiras Duarte, a quem dou as boas vindas, e passo a palavra ao Sr. Vice-Presidente, Vereadora Graça Fonseca?

Vereadora Graça Fonseca tem a palavra.

A Sra. Vereadora Graça Fonseca tem a palavra: - Obrigada Sr. Presidente, bom dia a todos, muito sumariamente só para apresentar algumas alterações que foram introduzidas à proposta relativa à definição dos espaços estruturantes, foi possível fazer um trabalho ontem, portanto desde a reunião de quarta-feira, portanto, ontem durante o dia todo, com alguns contributos que foram recebidos, especialmente da parte do PSD, e foi também possível refletir sobre algumas das questões que foram aqui faladas durante o debate de quarta-feira, na análise da proposta, e portanto resumidamente foram acrescentados alguns pontos, foi especificamente que dou como exemplo, foi acrescentado um ponto relativo à habitação para ficar específica a questão dos prédios devolutos, foi também um dos contributos que a Sra. Vereadora Paula Marques tinha enviado, achámos importante em diversos pontos, nomeadamente no ponto relativo aos mercados e às bibliotecas reforçar aquilo

que também foi aqui objeto de debate a importância da rede e da continuação quer no âmbito dos mercados, quer no âmbito das bibliotecas que independentemente de haver equipamentos que sejam geridos diretamente pelas juntas de freguesia, isso naturalmente não coloca em causa o que é o funcionamento da rede de bibliotecas, e aquilo que devem ser as normas aplicadas em todas as bibliotecas, e foram especificados alguns outros pontos relativamente também à parte de equipamentos sociais, e à parte que consta aqui como equipamentos sociais com, que estão hoje em dia a ser geridas por entidades terceiras.

Fundamentalmente Sr. Presidente foram estas melhorias que foram feitas nesta proposta, ao nível da proposta dos Recursos Humanos foram também introduzidas algumas questões que penso que o Sr. Vereador Fernando Medina poderá também especificar.

Obrigada Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: - Obrigado Sra. Vereadora. Sr. Vice-Presidente.

O Sr. Vice-Presidente: - Muito obrigado Sr. Presidente, muito bom dia a todos, fruto dos contributos recebidos, em particular do grupo parlamentar do PPD/PSD, há aqui alguns ajustamentos com significado que melhoram significativamente o desenho da proposta, eu elencava de forma sintética, em primeiro lugar a precisão de que o Universo que era um Universo estimado, relativamente ao universo de trabalhadores a transitar é um universo máximo, primeira consideração.

A segunda consideração é a identificação muito precisa de que no processo de transferência além da dimensão das competências que são transferidas, ou no fundo agora repartidas de forma diferente com as juntas de freguesia, deve ser tido em conta as necessidades concretas específicas de cada junta de freguesia em função dos perfis profissionais dos trabalhadores que já dispõe nos seus quadros de pessoal em particular nas juntas de freguesia que resultam de fusão, e a verificação no fundo dessa compatibilização das necessidades das juntas de freguesia.

Em terceiro lugar a precisão relativamente ao processo e ao método, do ponto de vista da seleção dos trabalhadores não afetos diretamente a equipamentos, e a precisão de todo esse procedimento, a inclusão, no fundo o reforço, ou a melhor expressão da garantia dos direitos de regresso ao quadro da Câmara Municipal de Lisboa, em particular aquela associada ao exercício do exercício do...peço desculpa, relativamente ao exercício da determinação dos espaços

estruturantes, e julgo que Sr. Presidente, Srs. Vereadores que são estas as alterações de fundo e em particular esta que acabei de referir, da adaptação, e de ter em conta o critério do quadro de pessoal existente, e das necessidades das juntas de freguesia como um critério de nível igual às transferências, às competências que atualmente são transferidas, como um critério para a afetação do pessoal.

Muito obrigado.

O Sr. Presidente: - Obrigado, Sr. Vereador António Proa.

O Sr. Vereador António Proa: - Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Vereadores, na sequência da sugestão para se suspender este processo de discussão relativamente à operacionalização da forma da cidade de Lisboa nomeadamente no que diz respeito, quer ao elenco das missões, e dos equipamentos estruturantes quer do ponto de vista dos critérios para a transição dos Recursos Humanos, da Câmara para a juntas de freguesia, foi possível, e digo, afirmo com satisfação, foi possível que através da partilha da informação que demos nota que então faltava, bom como da abertura para a introdução de contributos com vista a melhorar as propostas, valeu a pena esta suspensão, porque temos hoje aqui para apreciar propostas que têm, pese embora não sejam alterações de fundo, são alterações em alguns aspetos que nos parecem determinantes para continuarmos a acreditar que esta reforma vale a pena, e que esta reforma vai correr bem.

E portanto em primeiro lugar sublinhar o compromisso, o compromisso que eu tinha tido oportunidade de referir na última reunião que considerava importante, tinha estado na base da construção da reforma administrativa da cidade de Lisboa, e que se readquiriu com esta pausa na prossecução deste processo.

Portanto, primeira nota para afirmar que o PSD não tem dúvidas em afirmar o seu compromisso relativamente a mais esta fase do processo de reforma de Lisboa.

Uma fase que eu tinha tido oportunidade de dizer que era particularmente complexa porque entramos na fase da operacionalização da reforma, e portanto de forma reforçada tinha referido a necessidade de permanência deste compromisso político na reforma de quem esteve na origem da reforma de Lisboa.

Relativamente ao que foi alterado, só dar 3 ou 4 notas daquilo que me parece mais relevante, por um lado a clarificação quanto à rede de mercado e à importância estratégica que a Câmara afirma quanto à rede de mercados, e ao

papel que os mercados podem desempenhar, não impedindo que os mercados sejam transferidos, a sua gestão seja transferida para as juntas de freguesia, mas ainda assim, mantendo a preocupação relativamente ao papel que os mercados podem desempenhar.

Bem assim como relativamente às bibliotecas, a salvaguarda do papel da manutenção de uma rede, da ideia de rede de bibliotecas esse reforço, e essa clarificação também me parece relevante.

Por outro lado uma clarificação relativamente à questão das vias estruturantes e ao papel do município relativamente às vias consideradas estruturantes.

E por fim, também uma clarificação relativamente aos espaços verdes tornando o elenco dos espaços verdes considerados estruturantes, mais do nosso ponto de vista, mais coerente.

Ainda uma nota que não posso deixar de referir um reforço da importância da alçada artística da referência da especificação da referência do detalhe, se quiserem, do maior detalhe relativamente à calçada artística que também me parece, embora simbólico, importante.

E por fim um aspeto particularmente delicado, mas também por isso muito importante e que se prende com a transferência de recursos humanos, relativamente a esta matéria era alvo de grande preocupação quer desde logo afirmada pelos Vereadores do PSD, que era por parte das juntas de freguesia quer por parte dos próprios trabalhadores e parece-me que a alteração que aliás foi referida com detalhe pelo Sr. Vereador Fernando Medina, que eu me escuso de repetir, essa alteração que eu resumiria com o maior papel das juntas de freguesia e uma maior preocupação, sublinhar, uma clarificação se quiserem, da preocupação do ajustamento das necessidades de cada junta de freguesia à respetiva transferência a operar para as juntas de freguesia, parece-me que atinge dois objetivos importantes, por um lado conduz a um maior ajuste face às necessidades efetivas de cada junta de freguesia e parece-me que é importante quando queremos que se melhore a prestação de serviços que vão ser, que vão passar a ser da responsabilidade das juntas de freguesia, ajustar essa transferência no que diz respeito aos recursos humanos tal como se fez relativamente a equipamentos e a outros espaços, parece-me que conduz a uma maior eficácia, mas uma outra dimensão que me parece importante sublinhar, a valorização dos recursos humanos a transferir, porquê? Porque ao exigirmos um maior ajuste do quadro dos recursos humanos a transferir para as juntas de freguesia, estamos a significar também que cada recurso humano que é transferido é efetivamente uma mais-valia para este processo de reforma administrativa da cidade de Lisboa e, portanto, nessa

medida eu acho que damos também aqui um sinal importante daquilo que consideramos ser o papel importante que os recursos humanos a transferir vão operar no sucesso desta reforma da cidade de Lisboa.

Portanto, para terminar Sr. Presidente, Sras. e Srs. Vereadores, eu tive oportunidade de dizer que esta reforma é uma mudança muito complexa, não está isenta de riscos, mas quero aqui afirmar também com toda a convicção que continuamos a acreditar no sucesso desta reforma, que continuamos a acreditar que esta reforma é um instrumento decisivo para melhorar o serviço que é prestado aos cidadãos, aos munícipes e isso é a nossa principal prioridade porque acreditamos que as freguesias podem desempenhar melhor funções até agora desempenhadas pela Câmara Municipal e julgo que nesta medida que a Câmara dá aqui um sinal importante também através do compromisso de uma reforma para melhorar a cidade, modernizar a administração e é um bom exemplo para o país. Muito obrigado Sr. Presidente.

O Sr. Presidente :- Obrigado Sr. Vereador. Sr. Vereador João Gonçalves Pereira.

O Sr. Vereador João Gonçalves Pereira :- Muito bom dia Sr. Presidente, Sras. e Srs. Vereadores, não repetindo aquilo que foi a minha intervenção na passada reunião de Câmara, gostaria no entanto de aqui sublinhar o facto de este período, esta interrupção ou esta suspensão que tivemos nestas discussões beneficiou em muito face a algumas reservas e dúvidas jurídicas em matéria de pessoal, penso que beneficiou e muito com os contributos que foram dados designadamente pelo Sr. Vereador Fernando Seara.

Como diziam aqui há pouco termina agora o período conceptual e passamos agora à parte e à componente operacional, é uma componente operacional que será difícil e exigente e o CDS manterá a proposta de alteração que aqui apresentou na anterior reunião de Câmara, é uma proposta de alteração que eu apelidei de uma proposta cautelar na medida em que evidentemente que concordamos com todas, como é evidente, com todas, com o que está definido na lei, o que foi aprovado em matéria de delegação de competências, mas também entendemos que essa delegação podia ser feita de uma forma escalonada e faseada.

O Sr. Presidente entende de uma maneira diferente, eu compreendo e espero que esteja certo e que o seu entusiasmo se concretize no sentido em que não haja quebras de funcionamento em nenhum dos equipamentos e nenhuma das estruturas que serão delegadas, mas não deixo de reiterar aqui a preocupação

que manifestei na última reunião de Câmara que tem a ver com as escolas e o período em que é feita esta mesma transferência e portanto eu gostaria de ter a certeza que todos os pais poderiam ficar tranquilos relativamente às escolas e que não haverá nenhuma quebra de funcionamento e nenhum problema no âmbito escolar. Muito obrigado.

O Sr. Presidente :- Muito obrigado. Sr. Vereador João Ferreira.

O Sr. Vereador João Ferreira :- Muito bom dia, bom dia a todos. Sr. Presidente, nós no que pudemos ver da proposta que nos foi distribuída, no pouco tempo que tivemos visto que só tivemos acesso a essa proposta esta manhã, não encontramos alteração de nenhum dos pressupostos que nos levou a defender que nenhuma decisão fosse tomada na quarta-feira por não estarem reunidas no nosso entender as condições para isso, não se alterou também nenhum dos pressupostos que estão na base da nossa posição de princípio de recusa das duas propostas, persistem muitas perguntas sem resposta, aliás o Sr. Vereador António Prôa diz aqui que a proposta hoje recebida que lhe responde a algumas das preocupações, eu recorro aqui que uma das preocupações que o Sr. Vereador António Prôa e o PSD aqui deixou, e bem, porque nós partilhamo-la, foi a necessidade de mais informação sobre o processo nomeadamente mais informação da parte da posição dos 24 Presidentes de Junta, nós continuamos sem saber, acho que os próprios Presidentes de Junta continuam sem saber em primeiro lugar com o que podem contar em sequência destas propostas, nomeadamente em relação ao pessoal, e continuamos nós aqui sem saber qual a posição, com algumas exceções entretanto tornadas públicas, nomeadamente aquelas que dizem respeito à posição que foi tomada, nomeadamente o caso que eu aqui trouxe na reunião de Câmara em que há uma Presidente de Junta do Partido Socialista que claramente deixa subentendida, aliás deixa expressa a intenção de prescindir de trabalhadores a transferir por parte da Câmara Municipal, há ainda uma falta grande de informação sobre isso, para além de todas as outras questões que permanecem sem resposta, nomeadamente como é que estruturas com um único eleito a tempo inteiro vão ter capacidade para arcar com todas as competências que agora lhe são transferidas e que não são alteradas com as alterações que entretanto nos foram apresentadas.

Como é que é em relação aos equipamentos em estado degradado de conservação? Como é que é em relação aos pavimentos pedonais em mau estado? Como é que é em relação aos auxiliares de ação educativa em falta?

Como é que é em relação aos trabalhadores precários, aos recibos verdes do jardim de infância nomeadamente, quantos são e o que lhes vai acontecer? Porque se transfere já em definitivo os trabalhadores quando daqui por um ano se vai reavaliar as decisões agora tomadas no que respeita à transferência de competências? Têm as Juntas de Freguesia ou não capacidade para, designadamente capacidade para o plano financeiro, para assegurar as competências que agora lhes são transferidas e os trabalhadores que, em média 75 trabalhadores por junta de freguesia, estão asseguradas estas verbas? Temos dúvidas que assim seja.

Como é possível garantir aos trabalhadores algo em matéria que é de reserva de lei da Assembleia da República, nomeadamente a inaplicabilidade do regime de requalificação de trabalhadores em funções públicas, enfim, e outras questões relacionadas com a desigualdade de tratamento entre munícipes, quem vai assegurar igual valor nas taxas a aplicar nos equipamentos de diferentes freguesias, questões relacionadas com a continuidade de políticas municipais relevantes, políticas setoriais relevantes, nomeadamente de programação desportiva, cultural, como é que pode continuar num quadro de transferências de equipamentos para freguesias? Já percebi que há aqui intenção de a Câmara transferir alguns equipamentos mas continuar a mandar neles de alguma forma, saberão como, mas é uma pergunta que permanece sem resposta.

Há para além disso alguns equívocos que conviria aqui esclarecer, designadamente em relação à intervenção feita pelo Sr. Presidente de Câmara na última reunião, à última intervenção feita pelo Sr. Presidente de Câmara.

Disse o Sr. Presidente de Câmara que nas reuniões com os presidentes das juntas de freguesia nenhum recusou qualquer competência ou equipamento. Pelo contrário, solicitaram mais, mais este ou aquele espaço-verde mais este ou aquele equipamento. Ora tal, pelo que sabemos, não corresponde à verdade.

Para começar a penas uma reunião houve com os presidentes de Junta de freguesia para repetir os detalhes das transferências. Nessa reunião não foram entregues documentos concretos com números de trabalhadores e equipamentos. Mas logo nessa reunião, pelo menos nalguns casos temos conhecimento, foi manifestada discordância com áreas e equipamentos a transferir. Por exemplo, no caso de Carnide foram avançadas questões concretas sobre os pavimentos degradados da antiga zona do Bairro Padre Cruz, espaço verdes geridos pelos bairros municipais, complexo desportivo do bairro Padre Cruz, biblioteca municipal Natália Correia, questões que não

foram acolhidas na proposta. para além de que, até hoje mesmo depois dessas reuniões, a Câmara Municipal não apresentou um quadro ainda com o número de trabalhadores, categorias, funções, remunerações, etc., que se propõe transferir para as juntas de freguesia. Não é por isso correcta a afirmação de que nenhum presidente recusou qualquer competência ou equipamento e que, bem pelo contrário, terão até solicitado mais este ou aquele.

Foi também referida que esta proposta de transferência de competências se baseia em propostas há muito defendidas pela ANAFRE. tive ocasião aqui de manifestar as maiores dúvidas sobre isso no que diz respeito ao caso concreto, por exemplo, das bibliotecas municipais ou do pessoal não docente dos Jardins de infância. Que salvo melhor informação, de que não disponho que pedi ao Sr. Presidente da Câmara, nunca a ANAFRE defendeu a transferência de bibliotecas municipais ou de pessoal não docente dos jardins infância.

Mas há observações e posições, que a ANAFRE ao longo do tempo foi tomando sobre este processo, que têm sim a maior relevância. Nomeadamente, a ANAFRE no parecer que faz sobre a Lei 56/2012 dizer que tem dúvidas sobre a constitucionalidade da própria lei; princípios como a universalidade, a abstraticidade da lei; de dizer que o conceito de limpezas é muito abrangente e está insuficientemente definido; manifestar preocupações quanto, já aqui expressas, quanto à possibilidade de transferência de equipamentos e de pavimentos num estado degradado; relativamente à efetivação da transição de pessoal a ANAFRE defender que uma consulta às freguesias não chega, que se deve garantir a celebração de acordo prévio. Enfim, para além de assinalar que são descoradas as garantias necessárias em termos de transferências financeiras no futuro para a arcar com as competências agora transferidas.

Portanto, o Sr. Presidente como sabe o PCP está representado em minoria na ANAFRE, portanto, são posições, visto que foi o Sr. Presidente de Câmara que trouxe para aqui para discussão as posições da ANAFRE, são posições da ANAFRE a respeito deste processo que sublinham e reforçam muitas das dúvidas e objecções que aqui colocámos.

Relativamente às bibliotecas, não queria deixar de acrescentar o seguinte:

Foi já referido o programa estratégico biblioteca 21. Um programa aprovado em Maio de 2012, portanto numa altura em que todo este processo tinha já iniciado. Apesar disso, programa estratégico que de alguma forma nos compromete, compromete aqueles que o aprovaram por um período longo, não faz referencia absolutamente nenhuma à transferência de bibliotecas para as

juntas de freguesia. Mas reforça a importância do conceito operativo da rede como um dos princípios centrais em que esse programa estratégico assenta. Defende a importância da articulação e cooperação entre todas as bibliotecas integrantes da rede, a complementaridade, a partilha de recursos e de serviços, a gestão coordenada e centralizada que corporizam o funcionamento em rede; defende uma rede planeada invertendo uma logica casuística seguindo perante os nacionais internacionais; defende uma rede com um desenvolvimento e implementação subordinados a uma visão de conjunto e aos recursos disponíveis e à evolução da população da cidade; defende uma logica de gestão centralizada, indispensável para assegurar a incoerência do funcionamento em rede.

Enfim, são posições deste documento estratégico que a única forma de as assegurar a efectiva implementação destes princípios é, evidentemente, a Câmara mantendo a rede de bibliotecas sob a sua competência incluindo os vários tipos de bibliotecas que são os dois tipos concretamente as bibliotecas Ancora e as outras que possam ser mantidas na responsabilidade do município. Portanto, não podemos pretender transferir os equipamentos e continuar a determinar aspetos chave do seu funcionamento ou, pelo menos, aqueles aspectos que são imprescindíveis para assegurar esta coerência, esta gestão em rede que aqui é defendida, e bem, no programa estratégico e biblioteca 21. Ou seja, o programa é posto em causa pouco tempo depois da sua aprovação, é posto em causa por estas propostas que nos foram apresentadas.

Relativamente ainda à questão da transferência dos trabalhadores. Não estão assegurados, como ficou claro da discussão que aqui tivemos na quarta-feira, como fica claro, sublinho, das posições tornadas publicas já por presidentes de junta, nomeadamente quando dizem que nenhum dos trabalhadores que vai passara agora será insubstituível e que o mercado se encarregará de resolver os problemas que resultem das juntas receberem esses trabalhadores. Portanto, dando claramente a entender que a intenção de prescindir de alguns deles no futuro próximo. Parece-nos imprescindível, e apresentamos uma proposta de alteração nesse sentido relativamente à proposta 916, que sejam introduzidas nessa proposta 916 todas as alterações necessárias para assegurar um principio para nós fundamental. O de que nenhum trabalhar do município deve poder ser transferido contra a sua vontade, assegurando que todos os trabalhadores transferidos vão num regime voluntário e utilizando o regime da mobilidade. Também em função tudo aquilo que referi quer na reunião de quarta-feira quer já hoje a respeito da intenção de, nomeadamente,

daqui por um ano fazer uma avaliação das transferências agora a concretizar. Tendo em conta também todas as perguntas que permanecem sem resposta e todas as outras questões que aqui coloquei apresentamos, em relação à proposta 915/2013, um conjunto de propostas de alteração que procuram acolher estas preocupações e responder da melhor forma possível às perguntas ainda sem resposta, que pedia quer as propostas que temos de alteração à proposta 915, quer a proposta de alteração á proposta 916 pedia que fossem distribuídas. Sendo que, evidentemente, isto não põe em causa a nossa discordância de fundo de princípio relativamente a todo o processo, e relativamente à forma como está a ser concretizada. Muito embora essa posição de princípio e essa discordância que se mantém, não nos limite na melhor salvaguarda de questões que estão aqui em aberto e que permanecem sem resposta ou na correcção do que são pontos graves, quer da proposta 915 quer da proposta 916, no nosso entendimento. Disse!

O Sr. Presidente: - Muito obrigado. Sr. Vereador, pedia então que fossem distribuídas as propostas para poderem ser apreciadas, bem eu acho que é melhor interromper a reunião, se há propostas para apreciar.
Sr. Vereador Duarte Cordeiro.

O Sr. Vereador Duarte Cordeiro: - Só queria fazer uma primeira referência em relação à Proposta.

Há aqui um aspecto que não está na Proposta que foi distribuída da parte da Câmara, que diz respeito ao Mercado do Rato, que se deve introduzir uma frase na fundamentação que tem processo de concessão, à semelhança do Mercado de Campo de Ourique, e este é um aspecto a acrescentar, digamos assim, à nossa Proposta.

O Sr. Presidente: - Sr.^a Vereadora Paula Marques.

A Sr.^a Vereadora Paula Marques: - Bom dia Sr. Presidente, bom dia caros e caras Vereadoras, bom dia Público presente.

Em relação à Lei 56, a Lei na minha opinião vem introduzir aquilo que eu acho que francamente é uma melhoria, naquilo que pode ser a relação entre e a prestação de serviços e determinadas missões entre Municípios e Autarquias Locais, nomeadamente a relação de proximidade com as Juntas de Freguesia, e eu estou convicta de que há um conjunto considerável de missões e de

prestação de apoio e de serviço à População, que é muito melhor e muito mais efectivamente feita através das Juntas de Freguesia.

Aliás, a Câmara Municipal de Lisboa tem em diversas áreas, exemplos positivos de transferência de competências em determinadas áreas, em que a efectivação foi de facto, resultou de facto numa melhoria de relação e das condições de vida da População e da fruição de equipamentos e de espaços.

Estou convicta de que as Juntas de Freguesia têm toda a capacidade para fazer programação, programação adequada e programação com qualidade na Área da Cultura ou na Área do Desporto, não tenho qualquer dúvida disso, acho de facto que a Lei 56 e que está em vigor, precisamos nós agora de encontrar forma de melhor acautelar, que é a efectivação e a concretização desta Lei seja feita.

Não tenho duvida nenhuma também, de que não é mais prestigiante ser Funcionário de uma Câmara Municipal do que ser Funcionário de uma Junta de Freguesia, considero que a Proposta 917 acautela na sua grande parte os Direitos dos Trabalhadores, acho que seria importante, de facto, que a transferência de Recursos Humanos para as Juntas de Freguesia, fosse feita na maior escala possível em regime de voluntariado.

Que se conseguisse de facto adequar uma coisa que para nós é fundamental, é que se conseguisse adequar a territorialização da passagem destes Recursos Humanos, destes Trabalhadores, uma vez que muitas vezes a proximidade dos Trabalhadores que passam para um determinado território é também benéfico para a prestação do seu serviço, bem como para o território ou a Junta de Freguesia que os recebe.

Em relação, muito em específico em relação à questão da Habitação. Nós temos, no passado, experiências muito positivas de articulação com as Juntas de Freguesia, é nossa intenção manter essa articulação, no que se refere às intervenções e no que se refere também à definição de critérios e de políticas de habitação nos territórios.

Sendo que nós consideramos que a política de Habitação e a Gestão de Habitação é uma matéria estruturante, e por isso deve ficar na Câmara Municipal, mas que em articulação com as Juntas de Freguesia, podemos de facto prestar um melhor serviço à População. Obrigada.

O Sr. Presidente: - Muito obrigado. Bom, eu sugeria que fizéssemos uma interrupção dos trabalhos, para dar tempo para serem fotocopiadas as Propostas do PCP e poderem ser vistas. Sr. Vereador Sá Fernandes.

O Sr. Vereador Sá Fernandes: - Ainda antes dessa matéria, só em relação a esta Alteração da Proposta.

Eu confesso que fiquei triste, com a retirada do Jardim Vasco da Gama como o Jardim Estruturante, eu acho que não devia ter sido retirado, mas enfim, são as contingências da vida política, porque se nós formos ver bem temos 2 jardins, a Praça do Império, que tem o monumento.

Temos o Jardim Afonso Albuquerque e estamos a tirar o meio, o que era muito mais fácil era tratar tudo em conjunto e portanto fico com pena disso, mas enfim, é a vida, mas não queria deixar de fazer este reparo, porque acho que de facto é estruturante, é um enquadramento de um monumento único no Mundo, e portanto tenho essa, faço essa ressalva.

Por outro lado quero reafirmar ainda, como foi feito na última reunião, que é absolutamente essencial, que quer nos jardins históricos, quer nas árvores de alinhamento, que haja regras precisas em relação a essa matéria, que a Câmara terá que trabalhar também nesse sentido, para que não haja problemas nessa área, porque tem as suas especificidades, e portanto é bom que haja regulamentação ou normas em relação à ocupação dos Jardins Históricos e também algum planeamento, aliás no seguimento do que o Vereador Manuel Salgado já disse na última reunião, quer de espécies, quer de tratamentos fitossanitários e coisas afins, e portanto acho bem o que está aqui na Proposta, mas é bom termos estas precauções, e não queria deixar de dizer isto.

Por último, já também conversado quer com o Sr. Presidente, quer com o Vereador Fernando Medina, é absolutamente essencial que as verbas que estão previstas no Orçamento para o Tratamento dos Espaços Verdes, que ficam considerados estruturantes, está prevista e portanto continue prevista para que estes jardins estruturantes, são estruturantes por alguma razão, fiquem de facto com a manutenção devia e querida por todos.

O Sr. Presidente: - Sr. Vereador João Afonso.

O Sr. Vereador João Afonso: - Sr. Presidente, Srs. Vereadores, caros munícipes.

Primeiro saudar as alterações introduzidas que creio que vem melhorar ambas as propostas, e salvaguardar algumas das questões que eu levantei, não todas, obviamente, que oportunamente referirei, especialmente saudar as introduções referentes à questão dos mercados e os esclarecimentos relativamente à rede de bibliotecas publicas, porque elas passando para as

juntas de freguesia continuam a ser publicas, creio que está assegurado os bons préstimos à população, segundo os mercados, o empenho do município em continuar a fazer uma política estruturada para a política de mercados.

Esta questão do jardim de Vasco da Gama, também me parece bastante curiosa e contraditória com o que se propõe, na verdade, porque temos um conjunto verde que vai do Centro Cultural de belém ao novo Museu dos Coches, esse jardim Vasco da Gama é o jardim que está em frente ao Palácio do Presidente da Republica. Não é esse? Está bem, então pronto.

O Sr. Presidente: - Muito bem, vamos interromper a reunião, mas antes de interromper já agora eu aproveito para dar aqui ao Sr. Vereador João Ferreira o documento, tendo em conta as questões que tem colocadas sobre as posições da ANAFRE, visto como sabe em todos os congressos da ANAFRE, sistematicamente, tem vindo a ser adotado um ponto nas conclusões muito importante, que é o ponto de que é necessário clarificar as competências das juntas de freguesia e transformar as competências delegadas em competências próprias. Isto consta quer dos documentos das conclusões, quer dos discursos dos Presidentes da ANAFRE, sistematicamente em todos os congressos.

E a ANAFRE elaborou mesmo um quadro sobre o conjunto das competências que nuns casos são próprias nos termos da lei, noutros casos estão delegadas por protocolo entre a ANAFRE e a Associação Nacional de Municípios, e outras que não estando delegadas, a ANAFRE reivindica como devendo ser competências próprias.

Creio que sabe que eu já estive, como Membro do Governo, na tutela das Autarquias Locais, participei em muitas negociações, quer com a ANAFRE, quer com a Associação Nacional de Municípios, em matéria de descentralização, e posso-lhe deixar aqui o quadro do que é que eram as reivindicações da ANAFRE, que infelizmente por oposição da Associação Nacional de Municípios, não puderam avançar.

Entre essas Competências, estão aqui na coluna Competências Delegadas ou Protocoladas, nuns sítios, noutros não, quer dizer, eles listaram no País Competências que estavam Delegadas ou não, consoante os sítios, e que entendiam que deviam passar a ser Competências Próprias; logo a primeira, é a Manutenção dos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e do 1.º Ciclo, do Ensino Básico, do respectivo equipamento e material didático, bem como dos espaços envolventes; e na coluna das Outras, entre os vários

equipamentos, diz: Gestão e Conservação e Reparação de Equipamentos propriedade do Município, Centros de Apoio à 3.^a Idade e Bibliotecas.

Depois pode ver, há várias outras, tem aqui muitas Competências, mas portanto, para ver que não obstante o facto do Representante da Cidade de Lisboa na Direcção da ANAFRE, no anterior Mandato, ter imposto que a ANAFRE desse um Parece negativo à nossa Reforma, poderá verificar pela sustância das coisas, que a ANAFRE, como aliás costuma ser comum aos autarcas e até comum ao Partido Comunista Português, são defensores da descentralização e do reforço do Poder Local Democrático, o Lema da ANAFRE é mesmo “Mais Competências, melhor Poder Local”, portanto eu deixo-lhe aqui, aproveitando o intervalo, enquanto esperamos pelas suas Propostas, pode distribuir por toda a gente, já agora, obrigado.

(Interrupção da reunião)

O Sr. Presidente: - Sras. e Srs. Vereadores, creio que estamos em condições de retomar os trabalhos...muito bem, creio que todos tivemos oportunidade de apreciar as propostas.

Sra. Vereadora Graça Fonseca, tem a palavra.

A Sra. Vereadora Graça Fonseca: - Obrigada Sr. Presidente, bom especificamente quanto às alterações à proposta 915, que o PCP apresentou hoje de manhã, primeiro, lamentar que não tenha apresentado na reunião de quarta-feira, mas na verdade o que está aqui proposto foi o que foi proposto na quarta-feira que é basicamente tudo na mesma, portanto isto é na prática, consubstancia a utilização da cláusula que a Lei permite, que é a Câmara excepcionar equipamentos, espaços e missões estruturantes, e utilizar essa cláusula fazendo tábua rasa daquilo que é a Lei, daquilo que é aquilo que esta elencado nas atribuições e competências a transferir para as juntas de freguesia.

E portanto eu considero, parece-me que esta proposta não tem condições de ser aceite, porque consubstanciaria uma violação clara daquilo que foi aqui, aliás deliberado pela Câmara Municipal, deliberado pela Assembleia Municipal, deliberado pela Assembleia da República, e que está hoje em dia consubstanciado na Lei 56/2012.

Por outro lado já, Sr. Presidente aproveito para também 2 ou 3 esclarecimentos que o PCP insiste em dizer que não tem respostas, e insiste em trazer para aqui para a reunião conteúdos de reuniões que houve com Presidentes de

junta de freguesia que eu nunca trouxe, porque entendo que essas reuniões são reuniões que existiram entre a Câmara e os Presidentes de junta de freguesia, e que decorreram aliás, naquilo que foi o espírito em todas elas, e acrescento em todas elas, e nas 24 foi o espírito de grande colaboração, e de grande diálogo.

No que diz respeito às questões que colocou, talvez não tenha lido corretamente a Lei, e talvez haja aí um problema de fato na interpretação que faz da Lei.

Em momento algum na Lei se diz que as juntas de freguesia vão assegurar tudo o que é reconstrução de pavimentos pedonais ou outros da Câmara, ou da cidade, aquilo que a Lei diz é manter e conservar pavimentos pedonais.

E os Srs. Presidentes de junta sabem todos, ao longo deste tempo que dialogámos, e mais, e ao longo daquilo que foram os últimos 5 anos de construção desta proposta, desta reforma, o que estamos a falar sempre é do recalçamento em situações pontuais, não é, evidentemente a reconstrução de zonas que estão intervencionadas pela Câmara, em projetos de regeneração urbana ou outra, e é isso que está sempre, e sempre esteve em discussão com todos os Presidentes de junta que são aliás, que têm aliás bastante conhecimento disso.

Mais, ao longo deste tempo todo eu também sempre fui dizendo, e foi, aliás, matéria também discutida com todos os Presidentes de junta nas 24 reuniões, que após a aprovação destas deliberações haverá novas reuniões bilaterais com todos os Presidentes das juntas de freguesia para todas as questões que o Sr. Vereador aqui coloca tão insistentemente como não havendo respostas, nomeadamente todas as questões técnicas têm que ser asseguradas entre a Câmara e as freguesias, precisamente para definição deste tipo de conceitos e para clarificação de quais são, aquilo que é as zonas de intervenção e não são zonas de intervenção.

De qualquer maneira isso é obvio que são questões que não têm que ficar, nem devem ficar retidas nesta deliberação, mas que foram sempre, sempre, insisto, com todos os Presidentes de junta, feitas em todas as reuniões, e mais, e nas reuniões que o Sr. Vereador aqui cita tão abundantemente, também não deixo de realçar, eu não quero entrar no disse que disse, nem quem disse o que disse, mas eu realço e mantenho aquilo que o Sr. Presidente disse na quarta-feira, não houve em nenhuma reunião, não houve em nenhuma reunião uma rejeição de competências e mais, houve aliás, até em todas as reuniões, o pedido ou a solicitação de equipamentos que estavam definidos anteriormente como estruturantes, e que hoje em dia não estão definidos como estruturantes,

é o caso, aliás, da freguesia que citou, e eu não quero adiantar Sr. Presidente, porque acho que não é este fórum de relatar conteúdos de conversas, ou de seja o que for, mas mantenho aquilo que disse, e reafirmo que aquilo que o Sr. Presidente disse é correto, e corresponde à verdade.

Muito obrigada Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: - Obrigado Sra. Vereadora, Sr. Vice-Presidente.

O Sr. Vice-Presidente: - Muito obrigado, a construção da proposta relativa à transição do pessoal é de fato, foi de fato um exercício delicado, exigente, porque se trata de uma área de grande sensibilidade, trata-se da vida dos trabalhadores, das suas condições de trabalho, trata-se da eficácia do funcionamento da cidade e foi neste espírito e foi com estes dois objetivos que a proposta é construída, por um lado assegurar a eficácia do funcionamento da cidade e a possibilidade da sua melhoria ao longo do tempo em virtude do processo de descentralização, mas em segundo lugar encontrar o quadro que assegurasse a maior estabilidade do ponto de vista dos direitos e da vida futura dos trabalhadores e também assim do quadro do exercício do seu trabalho e da sua ação quotidiana, da sua vida quotidiana, causar a menor perturbação possível e é neste sentido que a proposta é construída e nós equacionámos todas as hipóteses e todas as possibilidades do ponto de vista jurídico e testámos à exaustão cada uma delas no sentido de ver qual delas salvaguardaria melhor estes dois interesses, a eficácia do serviço público e não haver roturas no serviço público prestado, não haver, e como é que assegurávamos esta transição mais eficaz, mas em segundo lugar qual é a solução que melhor salvaguardaria os interesses dos trabalhadores e não só os interesses e os direitos mas também algo talvez que podemos integrar nesta categoria lata, que é a menor perturbação possível na vida dos trabalhadores face àquilo que é o seu trabalho de hoje corrente e quotidiano.

E foi assim que desenvolvemos a proposta nos termos em que foi apresentada e nos termos que a conhecemos, e porque é que a proposta que o Vereador João Ferreira apresenta é uma má proposta?

Em primeiro lugar é uma proposta que não pode ser aceite porque viola a lei, viola a lei e viola o que é o princípio da transferência de competências da nova repartição de competências, que julgo que talvez é a formulação mais feliz, que é dos recursos necessários ao bom desempenho do serviço público acompanharem a nova repartição do serviço público e por isso é a lei que determina que com a nova repartição de competências está associada a

transferência dos recursos para a entidade que agora passará a ter essas funções e repito entidade pública, mas em segundo lugar a proposta que é feita de que os trabalhadores se deveriam manter na Câmara e passarem só em regime de voluntariado e ao abrigo do regime da mobilidade é uma proposta que pode servir um propósito político, que é o propósito político, sejamos todos claros, de obstaculizar a reforma e de impedir que ela se concretize, pode ter interesse desse ponto de vista, mas é uma solução altamente negativa da salvaguarda dos direitos dos trabalhadores altamente negativa e eu passo a explicar porquê, porque a verdade é que as competências já são hoje das juntas, já estão nas juntas de freguesia e se as juntas de freguesia têm hoje as competências mas não tiverem os recursos humanos para desempenhar essas competências o que é que as juntas vão fazer? Muito provavelmente vão recorrer ao *outsourcing*, até porque as juntas não terão a capacidade sequer para dotar de quadros próprios para a realização dessas competências.

E em simultâneo qual é o problema que se gera? O problema que se gera é que ficam no quadro da Câmara, podem ficar no quadro da Câmara um número muito significativo de trabalhadores que não têm funções atribuídas porque essas funções transitaram para as juntas de freguesia e ao qual se deverá ao abrigo da lei aplicar o regime da mobilidade especial e esta é a consequência direta da proposta que o Vereador João Ferreira faz, que aparentemente parece se destina a agradar ou parecer defensora dos direitos dos trabalhadores, mas de facto só tem uma utilidade política, de combate político para obstaculizar a reforma porque ela é mais negativa à salvaguarda dos direitos dos trabalhadores, isto foi algo que foi ponderado à exaustão durante largos meses pela equipa dos recursos humanos, pela equipa da Vereação da Câmara, dos diálogos que fomos tendo com os especialistas do ponto de vista de direito do trabalho e com as próprias estruturas sindicais e ao não assegurarmos se os recursos humanos não acompanhassem as funções nós fragilizaríamos o vínculo, fragilizaríamos o serviço público, daríamos sim um grande contributo àquilo que o Vereador João Ferreira diz querer combater, que é no fundo a privatização do serviço e o *outsourcing* em funções nucleares, que era o que aconteceria inevitavelmente para o desempenho dessas funções e colocaria a Câmara numa necessidade de utilização de um regime de mobilidade especial visto não ter funções afetas a uma parte significativa dos quadros.

E é por isto que nós insistimos e defendemos que não vale a pena sobre esta matéria querer criar sobre este ponto querer criar um ponto de combate e de arremesso político relativamente à não salvaguarda dos direitos dos

trabalhadores. A proposta que o município apresenta é a proposta de forma mais sólida, e após larguíssimos meses de consulta de trabalhos e de esforço, assegura na íntegra os direitos dos trabalhadores, porque assegura o princípio fundamental. Hoje são trabalhadores da Administração Pública Portuguesa, amanhã serão trabalhadores da Administração Pública Portuguesa. Hoje são trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa, amanhã serão trabalhadores de uma autarquia local dentro da cidade de Lisboa mantendo todos integralmente os mesmos direitos, as mesmas condições e assegurando as mais amplas garantias. É esta a base da solução que construímos, é esta a base da solução que estamos a implementar e mantemos sempre disponíveis para a melhorar dentro dos objectivos, mas não queremos que de forma alguma a proposta do PCP vá nesse sentido. Muito obrigado.

O Sr. Presidente: - Muito obrigado Sr. Vice-Presidente.

Sr. Vereador João Ferreira, desculpe, Sr. Vereador Duarte Cordeiro.

O Sr. Vereador Duarte Cordeiro: - Já agora, assim reage a todas as intervenções Sr. Vereador João Ferreira. Referir e acrescentar em relação ao que os meus colegas vereadores já referiram, uma palavra de extraordinária confiança ao serviço público prestado pelas freguesias da cidade de Lisboa e em particular para as actuais freguesias da cidade de Lisboa. Referir que pensávamos que era esse o espírito que também presidia ao Partido Comunista Português e ficamos bastante surpreendidos com a argumentação utilizada nas duas reuniões de Câmara. Em que demonstra uma desconfiança na capacidade que estas instituições públicas e democraticamente eleitas têm para passar a exercer como competências próprias competências que lhes eram delegadas. E portanto, em muitos aspectos delegadas noutras juntas de freguesia do país como referiu e muito bem, e eu volto a reinsistir no argumento que disse que achava que era um argumento incorreto. Não é. O Sr. Presidente acabou de referir, é um princípio elementar, uma competência delegada pode ser exercida como uma competência própria. Em Lisboa uma competência delegada a uma junta de freguesia, ou uma competência delegada em qualquer junta de freguesia deste país pode ser exercida como uma competência própria na cidade de Lisboa.

Portanto, este é um princípio de confiança das instituições públicas e nas freguesias. E lamentamos que tenha, e nas duas reuniões que tenha, e ainda para mais citado exemplos para suscitar algum tipo de desconfiança ou divisão.

Devo-lhe dizer que acho que a postura que temos que ter como Câmara, individualmente como vereadores, é pelo contrário fomentar o maior consenso e acordo entre todas as freguesias para que seja respeitada integralmente todos os direitos de todos os trabalhadores. E serão. Portanto, e nesse aspecto dizer-lhe que esta é uma reforma que carecerá da parte de todos, obviamente, duma monitorização. E esperemos sinceramente que o contributo do Partido Comunista Português daqui para a frente seja duma correcta preservação e estabilidade dum processo que é complicado, e não duma eventual agitação em torno duma problemática transferência das competências para as freguesias. Isto é válido para qualquer freguesia na cidade de Lisboa.

Dizer-lhe ainda que pode estar descansado em relação à salvaguarda dos princípios de todas as freguesias, eventualmente, nomeadamente em concreto, na cidade de Lisboa pelo PC. Mas isso não significa que eventualmente no exemplo que citou não tenha existido da parte da freguesia em concreto um enorme clima construtivo na implementação de algo que lhe pode ser obviamente inevitável. E nesse sentido solicitar inclusivamente competências que à partida lhe estavam inicialmente projectadas. E por isso dizer que da parte, nomeadamente, das áreas em concreto que tutelarei, no que diz respeito a esta transferência, que serão sempre salvaguardados o princípio da estabilidade, do posto de trabalho, do horário, do actual funcionamento e inclusivamente todos os direitos que estão salvaguardados. Para o tranquilizar em relação a essa matéria.

O Sr. Presidente: - Sr. Vereador João Ferreira. Sr. Vereador José Sá Fernandes.

O Sr. Vereador José Sá Fernandes: - Sr. Presidente Muito obrigado. Eu só queria fazer uma pergunta ao Vereador João Ferreira. É que explique como que salvaguarda os direitos dos trabalhadores, uma vez que a competência está na Junta de freguesia, se ficarem na Câmara e não forem para a junta de freguesia. Como é que salvaguarda os direitos dos trabalhadores face ao que existe na lei, não é aquilo que ... porque nós já não estamos a discutir a transferência de competências; nós já não estamos a discutir esses aspectos na própria higiene urbana na limpeza e varredura passar para as freguesias, já passamos essa discussão. Agora temos uma lei da Assembleia da Republica que diz que as competências passa para as juntas de freguesia. Eu quero que me explique como é que salvaguarda os direitos dos trabalhadores caso eles não sejam transferidos, os da limpeza e da higiene urbana. e gostava que me

explicasse como é que salvaguarda os direitos dos trabalhadores nesse caso. É que esse é que é o ponto essencial da discussão que está aqui em cima da mesa.

O Sr. Presidente: - Obrigado Sr. Vereador.
Sr. Vereador João Ferreira.

O Sr. Vereador João Ferreira: - Obrigado Sr. Presidente.

A interpretação aqui feita de que as propostas que apresentamos mantêm tudo na mesma não resiste a uma leitura objectiva dessas mesmas propostas que vejo não ter sido feita. Se ela tivesse sido feita constatariam com facilidade que não se está a propor considerar estruturante tudo o que passam a ser competências próprias das juntas de freguesia. Portanto, ao contrário do que disse a Sr.^a Vereadora Graça Fonseca, não, esta proposta não mantêm tudo na mesma. Esta proposta foi, aliás, feita com o espírito construtivo que o Sr. Vereador Duarte Cordeiro aqui refere, que os eleitos do PCP têm, e têm de facto em todos os fóruns onde intervêm. Tendo uma discordância de princípio conhecida face a este processo, não abdicamos de intervir no sentido de minorar tudo aquilo que consideramos poderem ser consequências negativas, nalguns casos profundamente negativas para a cidade e para a sua população. E, no fundo, tentar na medida do possível limitar estragos, e salvaguardar um ou outro aspecto que nos parece essencial mantendo, embora, uma discordância de fundo relativamente ao processo.

Se virem a proposta, verão que há competências que se propõem passem a ser competências próprias das freguesias que são hoje competências delegadas e que não estão aqui na nossa proposta. portanto, a interpretação aqui feita pela Vereadora Graça Fonseca não resiste a essa leitura atenta e objectiva da proposta.

A nossa proposta, num certo sentido, até vai mais ao encontro, Sr. Presidente, do que são as recomendações da ANAFRE. Porque de facto aceitamos o que são hoje competências delegadas ou protocoladas possam passar a ser competências próprias.

O Sr. Presidente distribui-me aqui, ou distribuiu-nos um documento, ou um quadro melhor dizendo que, imagino seja, não tem nenhuma referencia que o situe que o enquadre, inclusivamente creio que nem data tem, mas presume que não me parece tratar-se duma resolução da ANAFRE. Parece-me ser um documento de trabalho onde, de facto, se liste aqui um conjunto de competências próprias das freguesias actuais, de competências delegadas ou

protocoladas e outras. E é de facto neste outras que aparece as questões que referiu, sendo que a proposta temos genéricos enunciados pela ANAFRE, assim constante de algumas resoluções. É que as competências proto delegadas ou protocoladas possam a passar constituir competências próprias. Vi que tem uma confiança sem limites na capacidade dos eleitos da CDU. Deixe-me todavia dizer-lhe, por muito grande que seja essa capacidade convenhamos que seria difícil um único eleito impor uma direcção de 21 membros, uma posição qualquer que ela fosse. Para além de que, deixe-me dizer-lhe também que o eleito que referiu não é o único representante de Lisboa. Havendo também, há 4 dos 21 da direcção, e há também representantes quer do PSD quer do PS. Portanto, vi e registo essa confiança ilimitada nas capacidades dos eleitos da CDU, mas infelizmente mesmo essa tem limites, de facto, bem concretos que neste caso são traduzidos nesta evidencia que é, Sr. presidente, são 4 membros numa direcção de 21.

As duas propostas que apresentamos têm de ser vistas evidentemente em conjunto. Se nós propomos que um conjunto de missões sejam consideradas as missões estruturantes. O que é perfeitamente enquadrável na lei que temos, e contra a qual nos fomos, é um facto, mas é perfeitamente enquadrável esta proposta na lei que temos. Naturalmente essas missões para serem cabalmente desempenhadas precisam de trabalhadores e, portanto, a questão que aqui é colocada pelo Sr. Vereador Fernando Medina ou pelo Sr. Vereador José Sá Fernandes, não têm também qualquer sentido. Registo, aliás, como o Sr. Vereador Fernando Medina começa a ser um hábito na apreciação às propostas eu o PCP aqui apresenta, utilizar como primeiro argumento que elas violam a lei. assim foi com a recomendação qua aqui apresentamos na ultima sessão publica de Câmara, e que muito incomodo lhe causou a si e à maioria, e apesar disso foi votada, mas vejo que agora usa o mesmo argumento. Não, não viola. A proposta 916/2013 também é evidente que não viola a lei, quer seja pela razão que lhe disse e que responde também aos problemas que aqui colocou, quer o Sr. Vereador quer o Sr. Vereador José Sá Fernandes. Ou seja, sublinho o facto de existirem missões de caracter estruturante que são consideradas na nossa proposta e que não são na actual, exige naturalmente que se mantenham recursos humanos para o desempenho dessas tarefas na Câmara Municipal.

Registo ainda assim a pouca confiança que tem no convencimento dos trabalhadores, da bondade desta proposta. porque quando me diz que a aplicação dum principio que nos parece inteiramente justo e necessário, de maneira nenhuma vai contra a lei de que nenhum trabalhador possam ser

transferido contra a sua vontade. Quando me diz que a aplicação pratica deste principio era o que muitos, que uma parte significativa, foi a expressão que utilizou, iam continuar na Câmara Municipal. registo a falta de confiança que tem relativamente à bondade da sua proposta. porque, de facto, as maioria esmagadora dos 1.800 trabalhadores que quer transferir a irem irão contrariados. Recordo-lhe, aliás, o que têm dito as estruturas representativas dos trabalhadores a este respeito, que têm até greves marcadas para bem próximo precisamente por causa disso.

E portanto, aqui esta nossa proposta de garantir este principio de que nenhum trabalhador possa ir contrariado. Que deve ser vista, sublinho, em articulação com a proposta anterior que alarga o leque das missões estruturantes de interesse geral sem contrariar que temos, e sem deixar tudo na mesma. Ao contrário do que disse a Sr.^a Vereadora Graça Fonseca. Se virmos isto em conjunto, as duas propostas são perfeitamente exequíveis e susceptíveis de poderem ser implementadas.

Também por isto, ou seja, também por não deixar tudo na mesma é que não tem qualquer fundamento a existência que aqui é feita numa suposta desconfiança do PCP relativamente às freguesias. Aí o PCP, nem me vou alongar, o PCP tem um histórico de intervenção e um estudo presente que fala por si na defesa do poder local democrático das freguesias. e é precisamente esses princípios de defesa do poder local democrático que estão na origem das objecções, das maiores objecções que temos relativamente, quer à reforma administrativa da cidade de Lisboa quer às propostas que temos aqui perante nós 915 e 916.

Pelos motivos que me dispensarei de repetir, penso que eles ficaram já claros, sobre o que podem ser as consequências da aplicação disso. Agora isto não põe absolutamente em nada em causa a defesa que temos do poder local democrático das freguesias e da importância do papel das freguesias.

Sr. Presidente, a proposta que fazia, e até com o intuito sobretudo clarificador quer do debate quer das posições aqui assumidas pelas diferentes forças políticas. É que as propostas que apresentámos possam ser votadas ponto por ponto designadamente na proposta 915 possamos votar separadamente o ponto 1, o ponto 2.1, o ponto 2.2, o ponto 2.3, o ponto 2.4, ponto 2.5, 2.6 e 2.7. E que possamos votar depois os dois pontos da proposta 916, onde se propõe o inicio do processo de auscultação dos Trabalhadores, para saber se existem voluntários, e caso existam para que Freguesias.

E Ponto nº. 2, que se promovam as alterações necessárias à Proposta 916/2013, para garantir que os Trabalhadores mantenham o Vinculo ao

Município de Lisboa, sendo transferidos para as Juntas de Freguesia apenas voluntariamente e em regime de mobilidade, portanto era a Proposta que aqui deixava.

O Sr. Presidente: - Muito obrigado, Sr. Vereador. Sr. Vereador Carlos Moura.

O Sr. Vereador Carlos Moura: - Muito obrigado, Sr. Presidente. Antes de mais, referir-me a algo que foi dito aqui pela Sr.^a Vereadora Graça Fonseca, que disse e bem, que nas reuniões tidas entre a Câmara e as Juntas de Freguesia, havia uma série de informações, mas lembrar-lhe que não pode confundir a Câmara Municipal, nem com a Maioria, nem com os Vereadores com Pelouros.

E portanto dessas reuniões, tendo de facto havido uma troca de informações, teria que ser informada esta Câmara Municipal, porque os Vereadores da Oposição não tendo Pelouros, são dignamente com deveres e direitos, iguais aos Vereadores da Maioria, e portanto era essa informação que carecia ter vindo aqui a esta Câmara, para que fosse analisada, discutida e debatida com toda a Câmara, como de facto a Câmara é, e não os Vereadores da Maioria, para que pudéssemos nós ter as informações e para que as pudéssemos debater, e ter conhecimento daquilo que foi de facto o fruto dessas reuniões.

Continuando, Sr. Presidente, na Proposta que aparece com as Alterações, é dito aqui que as Bibliotecas consideradas não estruturantes, continuariam contudo para efeito de Políticas de Catalogação, de Gestão Bibliográfica, de Empréstimos entre Bibliotecas, enfim sobre o Programa Estratégico Biblioteca 21.

Acontece, Sr. Presidente, que gerir uma Biblioteca nestas condições, com 2 orientações diversas, uma da Junta para umas coisas, e outra da Câmara para outras, não é obviamente exequível para o bom funcionamento da mesma, para o funcionamento orgânico da mesma.

E portanto, aqui somos forçados a concluir que aquilo que se pretende é que a Câmara liberte o ónus da gestão de determinadas Bibliotecas, mantendo contudo o controlo das mesmas, e tornando de facto as Freguesias como se se tratassem de Departamentos das Câmaras Municipais.

Ora não é essa a visão que temos das Juntas de Freguesia, e por maioria de razão, porque entendemos que as Freguesias são órgãos próprios, e portanto não podem estar sujeitos...

Sr. Vereador Duarte Cordeiro, se quiser manter o diálogo, com certeza poderei ter a palavra numa outra altura, mas de facto é profundamente perturbador

para quem intervêm, estar a ouvir um diálogo que se processa ao mesmo tempo.

Tal como dizia, são órgãos próprios, e portanto não sendo Departamentos da Câmara Municipal, não devem estar sujeitos às orientações das mesmas, tal como aqui se pretende, e é por isso que o PCP, que tem uma visão das Juntas de Freguesia com as suas possibilidades de intervenção muito próprias e claras, é a favor de uma descentralização, mas não disto, que não é de facto uma descentralização, é apenas uma passagem de ónus e de trabalhadores, e depois aquilo que se verá.

Por maioria de razão, uma vez que também foi dito que, quer pelo Vereador Sá Fernandes, quer pelo Sr. Vice-Presidente, que manter os Trabalhadores nestas condições, em que se passavam as Competências por virtude da Lei, para as Juntas de Freguesia, não seria possível e colocaria estes mesmos Trabalhadores em risco.

Ora por maioria de razão, como é que se pode prever o seu regresso à Câmara Municipal, se estas Competências já não existem, e portanto o seu regresso à Câmara Municipal está, obviamente destinado à tal questão da Mobilidade Especial, que não poderia ser de outra forma.

E portanto, é esta profunda incoerência das questões que são aqui levantadas, em termos de Proposta de regresso e de garantias de regresso dos Trabalhadores à Câmara Municipal, que nós achamos profundamente condenável, uma vez que se estão a criar inclusive expectativas que não podem ser de facto concretizadas, e que colocarão objectivamente em risco estes Postos de Trabalho, e daí as propostas que fazemos, e daí a defesa que consideramos continuar a ter intransigentemente dos Direitos dos Trabalhadores. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: - Muito obrigado. Sr. Vereador Sá Fernandes.

O Sr. Vereador Sá Fernandes: - Oh Sr. Presidente, isto de facto, não pode haver aqui leituras antes desta Lei, com esta Lei em vigor, está absolutamente expresso que passa como Competência Própria para as Freguesias, assegurar a limpeza das vias, espaços públicos, sarjetas e sumidouros, quer dizer, isto está expresso na Lei.

E portanto, como é que se podia arranjar uma solução em que nós íamos esvaziar esta Competência? E nós já fizemos uma coisa muito importante, quer dizer, assegurar que a remoção, que aliás tem estado prevista como

Competência Própria, está assegurado que a remoção dos resíduos fica na Câmara.

A partir do momento em que está expresso na Lei, que assegurar a limpeza das ruas. O que é que nós vamos considerar de estrutural nisto, para uns sítios podem limpar as ruas e para outros não podem limpar as ruas? Quer dizer, é impossível, a partir do momento em que há uma Competência Própria, nós não podemos sem violar a Lei, não lhes dar esta Competência Própria e os meios para ela.

E portanto, quer dizer, nós podemos ter aqui todos os raciocínios do passado, em relação, se esta Lei, se a Transferência devia ser esta, se a Competência Própria podia ser esta, podia ser aquela ou não ser aquela, esse problema está resolvido, a não ser que mudem a Lei, com esta Lei está expresso que assegurar as vias, a limpeza das vias e sarjetas está expresso.

O que depois diz o Artigo seguinte, é que nós podemos considerar algumas tarefas estruturante, mas isso, não podemos esvaziar o conteúdo daquilo que está, quer dizer, isso é uma interpretação absolutamente, que não se pode fazer, legalmente não se pode fazer.

Oh Sr. Vereador, por muita vontade que no seu intimo tenha de que assim não seja, não à volta a dar-lhe, a Competência é própria da Freguesia, mesmo que não concorde que essa Competência tenha ido para a Câmara, para a Freguesia, ela está na Freguesia a partir do dia 1 de Janeiro, aliás já está neste momento na Freguesia, e portanto em defesa dos Trabalhadores, se esta Competência é própria, nós não podemos esvaziá-la da Câmara.

Porque no limite, como o Sr. Dr. Fernando Medina disse, as Freguesias têm esta Competência Própria delas, eles contratam as pessoas, isto já aconteceu com os Jardineiros, só com Delegação de Competência, isto já aconteceu com os Jardineiros, porque a Câmara Municipal, a maior parte das Freguesias faz “outsourcing”, como sabe, quer em Lisboa, quer noutras cidades, e neste momento temos 100 Jardineiros. Sabe? E nós tínhamos mil e tal Jardineiros na Câmara, sabe?

Oh Sr. Vereador, eu conheço bem o papel do PCP em relação aos Jardineiros na Câmara, porque a maior parte dos “outsourcings” foram feitos nessa altura, sabe? No meu não, nenhum Jardineiro saiu da Câmara comigo cá, nem nenhum Cantoneiro, pelo contrário, contratámos 270 Jardineiros, e portanto não vamos confundir as coisas.

E portanto aqui, olhos nos olhos, com esta Competência que está aqui expressa, como é que o Sr. Vereador defende os Direitos dos Trabalhadores se eles não seguirem esta Competência? Como é que nós defendemos, como

é que nós asseguramos os mesmos Direitos? Nós corremos o risco sério de eles ficarem, se chegar a esse ponto, se ficarem na Câmara, e não há outra hipótese, porque a Lei também nos diz que se não temos a Competência têm que ir para a Mobilidade Especial, isto é um risco gravíssimo para os Trabalhadores, Sr. Vereador, é que é mesmo, percebe, face à Lei, é mesmo, a gente pode não concordar com a Lei, percebe, mas a Lei existe e corremos este sério risco.

O Sr. Presidente: - Muito bem. Ora bem, Srs. Vereadores, eu creio que o debate foi bastante claro, eu gostaria de chamar a atenção para o que diz o Artigo 16.º, da Lei 56/2013.

Diz o seguinte, o n.º 1: “A atribuição das novas Competências às Juntas de Freguesia, determina a transição do pessoal adequado aos Serviços ou Equipamentos transferidos, mantendo a plenitude dos Direitos adquiridos.”; depois, o n.º 2 diz: “Sob Proposta da Câmara Municipal de Lisboa, cabe à Assembleia Municipal definir os Critérios da transição de Pessoal; e finalmente o n.º 3, diz: “A efectivação da transição do Pessoal cabe à Câmara Municipal, após consulta às Juntas de Freguesia envolvidas.”

O que nós neste momento estamos a fazer, é o que está previsto no Ponto 2, que é a definição de Critérios, porque quanto à discussão de fundo, que era saber que Competências é que deviam ser transferidas para a Junta de Freguesia, esse foi o debate que foi feito no Mandato anterior, e sobre o qual a Câmara Municipal de pronunciou, a Assembleia Municipal se pronunciou, toda a gente se pronunciou e a Assembleia da República legislou, estas Competências são hoje Competências das Juntas de Freguesia e já não são Competências Municipais.

E com esta passagem de Competência, passaram os respectivos Funcionários. Quais são os Critérios que nós temos que definir? É isso que está aqui em causa; segundo lugar que a Lei nos obriga, temos que o fazer de forma a garantir a plenitude dos Direitos adquiridos, e é isso que esta Deliberação também tem que tratar; e depois finalmente, quando depois da Câmara e Assembleia Municipal definirem os Critérios, nós temos com cada uma das Juntas de Freguesia, então ver em concreto quais são as pessoas individualizadas que se transferem daqui para ali.

Ora o que é que nós procurámos aqui fazer? Primeiro, foi um Critério que assentasse essencialmente na estabilidade do Serviço e na estabilidade das próprias pessoas, por exemplo, uma das Competência que é transferida pela Lei, é a lavagem e a varredura das ruas, podíamos ter vários critérios. Qual foi

o critério que adoptámos, porque é o critério que é mais estável e menos perturbador, quer para os Serviços, quer para as pessoas? É, os Postos de Limpeza, as pessoas que nos Postos de Limpeza estão associada à limpeza e varredura das ruas, transferem-se para o Quadro da Junta de Freguesia servida por aquele Posto de Limpeza.

O que é que isto significa? Significa que no dia a seguir à transferência, um Cantoneiro que está a servir, a exercer funções naquele Posto, continua exactamente a fazer as mesmas funções, no mesmo local de trabalho e nas mesmas condições que estava anteriormente.

O que é que mudou? Bom, nem mudou sequer as chefias directas, porque os Encarregados e Encarregados Gerais estão também no pacote da transferência, o que mudou verdadeiramente, é que deixa de reportar a um Director Municipal, que ficou na Câmara, a um Vereador que ficou na Câmara, e passa a reportar a um Presidente de Junta de Freguesia, esta é a mudança, quanto ao resto manteve-se estável.

Claro, podíamos ter adoptado outros critérios, mas todos os outros critérios seriam muito mais perturbadores da vida das pessoas e do funcionamento do Serviço; o mesmo se diga relativamente aos Equipamentos Desportivos, aos Equipamentos Culturais, quem trabalha hoje numa Biblioteca...que passa a ser gerida pela Junta de Freguesia, no dia a seguir à transferência continua nessa mesmíssima Biblioteca, a fazer o mesmíssimo trabalho, só que em vez de reportar à Sr.^a Vereadora Catarina Vaz Pinto e ao Director Municipal de Cultura, passou a reportar à Junta de Freguesia, portanto isto é o que garante maior estabilidade.

O que é que importava também definir aqui para garantia da plenitude dos Direitos? Era a enunciação clara de quais são os Direitos, não são só, primeiro o Direito Básico, à manutenção do Direito Público, continuar a ser Trabalhador da Administração Pública, com todos os Direitos legais inerentes ao exercício de funções como Trabalhador da Administração Pública.

Mas para além desse, era necessário especificar quais eram os Direitos Adquiridos, e os Direitos Adquiridos são vários, de várias naturezas, é a Antiguidade, são os Complementos Remuneratórios, é o Horário, tudo isso é previsto aqui que fica individualizado na Ficha Individual de cada um dos Trabalhadores, que essa Ficha Individual fica Anexa ao Auto de Transferência.

E por isso, a Junta de Freguesia sabe que relativamente a cada uma das pessoas que integra nos seus Quadros, qual é a Antiguidade, qual é o Horário que pratica, quais são os Complementos Remuneratórios, se trabalha na Biblioteca, não tem direito a Subsídio de Risco e Penosidade, por exemplo, e

não consta da sua Ficha; mas se é Cantoneiro de Limpeza, tem direito, porque foi adquirido, ao Subsídio de Risco e Penosidade e conserva esse mesmo direito, isso está individualizado, tem que estar individualizado na Ficha e que a Junta tem que o aceitar, para se obrigar também a cumprir.

O que é que muita gente e os diversos Sindicatos chamaram à atenção? Que era preciso garantir uma segurança de recuo, para o caso de uma Junta de Freguesia um dia resolver exercer de uma outra forma aquela Competência, basicamente privatizando, recorrendo ao “outsourcing”, etc.; e nós expressamente reconhecemos a isso com uma circunstancia objectiva que permite o regresso ao Quadro do Município.

Agora para isso, temos que manter cativos no Quadro do Município esse Pessoal, e para que não haja dúvidas porque é que esse Quadro de Pessoal tem que manter lagares cativos, apesar das funções neste momento estarem noutra sítio, está precisamente previsto e identificado aqui na Proposta, que o Quadro se mantém cativo, para essa circunstancia ou para uma outra circunstancia, porque ninguém está impedido, esta Câmara neste Mandato ou noutra Mandato qualquer, de alterar a especificação que fez dos Equipamentos que considera relevantes.

Admita o Sr. Vereador que um dia é Maioria nesta Câmara, e passa a entender que a totalidade das Bibliotecas devem ser relevantes, não está impedido de tomar essa deliberação e de nesse caso os Funcionários que estão afectos às Bibliotecas, saem do Quadro das Juntas de Freguesia e regressam ao Quadro do Município.

Agora há uma garantia muito importante que é aqui introduzida, é que também regressam, estando o Município obrigado a respeitar os direitos que entretanto venham a ser adquiridos no exercício de funções nas Juntas de Freguesia, porque há pelo menos um que seguramente vai ocorrer, que é o da antiguidade, o tempo vai continuar a passar e portanto as pessoas vão ganhando antiguidade no exercício das funções nas Juntas de Freguesia e na hipótese de regresso tinham que ser garantidos.

Ora bem, isto é o que resulta da Lei, nós temos que fixar estes Critérios para que as Competências possam ser exercidas plenamente pelas Juntas de Freguesia, porque seria absolutamente inaceitável transferir Competências para as Juntas, sem os meios para as Juntas.

O Sr. Vereador já várias vezes colocou a questão de saber se as Juntas têm os meios financeiros para isso? Eu recorro que o Artigo 17.º da Lei, enuncia relativamente a cada uma das Juntas de Freguesia, quanto é que vai receber já

em 2014, das verbas que até agora eram transferidas para a Câmara e que passam a ser transferidas para as Juntas de Freguesia.

E essas verbas correspondem a quê? Essas verbas foram calculadas, o Sr. Vereador António Proa lembra-se bem, participou nos trabalhos no âmbito da reforma de cálculo destas verbas, estas verbas correspondem parte às Competências que já eram Delegadas, àquilo que era o custo já das Transferências da Câmara para as Freguesias.

E relativamente às outras que não eram então Delegadas e que passaram a ser Competências próprias das Freguesias, foi feita uma estimativa pelos Serviços, designadamente em matéria salarial, de quais eram os encargos que as Juntas teriam que passar a suportar e que portanto tinham que ter a necessária cobertura financeira.

E portanto, esse é outro motivo pelo qual nós não podemos adiar mais esta decisão, é que no dia 30 de Janeiro, nós deixamos de receber e as Juntas passam a receber a primeira tranche destas Transferências, que cobre designadamente os Vencimentos das pessoas afectas às funções e aos Equipamentos transferidos para as Juntas de Freguesia.

E nós não podíamos, obviamente, ficar com a Despesas do lado de cá e as Juntas com a Receita do lado de lá, mas como se se recorda, não sei se estava cá no debate do Orçamento, foi, acompanhou mas talvez não tenha registado isto, foi explicado que quer nós, quer as Juntas de Freguesia, tínhamos que fazer a versão inicial do Orçamento independentemente desta mudança, e que concretizada esta mudança tem que se proceder à Alteração Orçamental, porque está lá de facto orçamentada a Despesa, mas também lá estão orçamentados os 68 milhões de euros que nós não vamos receber, porque como todos sabemos, esse 68 milhões de euros vão ser transferidos directamente para as Freguesias.

Portanto, a forma que a Proposta pelo PCP de facto só era possível, se nós travássemos o Processo de Descentralização e mantivéssemos na Câmara as Competências, aliás é o que o PCP faz, logo no nº.1, O que é que o PCP propõe? Assegurar a limpeza urbana integral em toda a Cidade de Lisboa, e para tal são considerados igualmente estruturantes todos os actuais Postos de Limpeza.

Portanto ouça, eu acho que é respeitável essa posição do PCP, mas vamos a ver, essa foi a discussão que nós tivemos no Mandato anterior, e o entendimento que nós tivemos, que temos e que está espelhado na Lei, é que no âmbito da Higiene Urbana há funções, como a lavagem e a varredura, que

com vantagem serão exercidas ao nível da Freguesia e não se manterem centralizadas na Câmara.

Quer dizer, andamos a discutir isto há 5 anos, podemos discutir mais 5 anos, eu não posso garantir-lhe que não me convença, não me pode garantir certamente que eu também não o venha a convencer, mas há-de convir em que há um momento em que não vale a pena estarmos a discutir o princípio da vida, não é o princípio da vida que está em discussão, essa discussão foi feita, está consolidada, está espelhada na Lei.

Agora tratasse de saber como é que dotamos as Freguesias de condições para exercer essas funções, quais são os Critérios que nós definimos para a transferência de Pessoal e como é que garantimos nessa transferência de Pessoal, a estabilidade da plenitude dos Direitos Adquiridos por parte dos Trabalhadores, estas são as questões e o que consideramos estruturante.

Agora como deve imaginar, não podemos considerar estruturante tudo, quer dizer, o PCP diz: O que é que é estruturante? É toda a limpeza urbana, quer dizer, isso é esvaziar de facto a Transferência de Competências na Área da Higiene Urbana; quando diz, todas as Bibliotecas são estruturantes, bom, é esvaziar a descentralização para as Juntas de Freguesia das Competências relativas às Bibliotecas, oiça, portanto isto não temos caminho.

Bom, o que é que eu sugiro? Temos aqui Propostas de diferente natureza, temos as Propostas do PCP, que são Propostas de Alteração às Propostas apresentadas pela Câmara, e que eu acho que devem ser votadas previamente.

Depois, temos uma Proposta do CDS/PP, que é uma Proposta que não altera a Proposta da Câmara, é uma Proposta simplesmente de adiar a Proposta da Câmara, e que portanto se a Proposta da Câmara for aprovada, fica prejudicada a apreciação da Proposta do CDS/PP, creio que estamos entendidos sobre isto.

Eu depois pedia ao Vereador João Ferreira que me recordasse quais são os Pontos da Proposta da Câmara que queria ver votados separadamente.

O Sr. Vereador João Ferreira: - São basicamente todos.

O Sr. Presidente: - Todos? Muito bem. Bom, vou por primeiro à votação a Proposta de Alteração do PCP, à Proposta 915/2013. Certo? Quem vota contra? Ah, a do PCP é que era Ponto por Ponto.

Muito bem, proposta do PCP ponto 1 da proposta de alteração apresentada pelo PCP, quem vota contra? quem se abstém? Foi rejeitada com os votos

favoráveis do PCP e os votos contra dos restantes eleitos. Ponto 2, quer também ponto 2.1, 2.3 ou pode ser o ponto 2 em bloco? 2.1 até 2.7, separadamente, muito bem.

Então vou pôr à votação o ponto 2.1 da proposta do PCP. Quem vota contra? quem se abstém? Foi rejeitada com o voto a favor do PCP e o voto contra dos restantes eleitos.

Ponto 2.2 quem vota contra? quem se abstém? Foi rejeitada a abstenção do Movimento de Cidadãos por Lisboa, e o voto favorável dos vereadores do PCP.

Ponto 2.3 quem vota contra? quem se abstém? Foi rejeitada com os votos favoráveis do PCP e o voto contra dos restantes eleitos.

Ponto 2.4 quem vota contra? quem se abstém? Foi rejeitada com os votos favoráveis do PCP, a abstenção da Vereadora Paula Marques, e o voto contra dos restantes eleitos.

Ponto 2.5 quem vota contra? quem se abstém? Foi rejeitada com os votos favoráveis do PCP, e o voto contra dos restantes eleitos.

Ponto 2.6 quem vota contra? quem se abstém? Foi rejeitada com os votos favoráveis do PCP, e o voto contra dos restantes eleitos.

A Sr.^a Vereadora (?): - Só uma questão, quanto ao ponto 2.7 eu julgo que a proposta do PCP não verificou que isto já foi alterado na versão distribuída. Portanto, já está na versão distribuída pela Câmara Municipal e não pelo Presidente da Câmara. é só para fazer esta clarificação porque isto já foi alterado na proposta.

O Sr. Presidente: - Está acolhida portanto não é necessário votar, muito bem.

O Sr. Presidente pôs à votação a alteração Proposta 915/2013 a qual foi aprovada ponto por ponto:

Ponto 1, ponto 2.1, ponto 2.3, ponto 2.5, ponto 2.6 - rejeitados com 15 votos contra (9PS, 2IND, 3PPD/PSD e 1CDS/PP) e 2 votos a favor do (PCP)

Ponto 2.2 - rejeitado com 13 votos contra (9PS, 3PPD/PSD e 1 CDS/PP), 2 abstenções (IND) e 2 a favor (PCP)

Ponto 2.4 - rejeitado com 14 votos contra (9PS, 1(IND), 3(PPD/PSD) e 1 (CDS/PP), 1 abstenção (IND) e 2 votos a favor (PCP));

O Sr. Presidente: - Vou pôr agora à votação a Proposta 915/2013, pergunto se posso pôr em bloco? A nossa pode ser em bloco, certo?

Portanto, vou pôr então à votação em bloco a Proposta 916/2013, quem vota contra? quem se abstém? Foi aprovada com os votos contra do PCP, a abstenção do CDS/PP, e o voto favorável dos restantes eleitos.

O Sr. Presidente pôs à votação a Proposta 915/2013, a qual foi aprovada ponto Aprovada por maioria com 14 votos a favor (9PS, 2Ind., 3PPD/PSD), 2 votos contra (PCP) e 1 abstenção (CDS/PP)

O Sr. Presidente: - Vou passar agora à Proposta 916/2013, a proposta o PCP pretende votar ponto a ponto? Ponto 1 da Proposta de alteração à Proposta 916/2013 apresentada pelo PCP. Quem vota contra? quem se abstém? Foi rejeitada com o voto favorável do PCP e dos Vereadores do Movimento de Cidadãos por Lisboa e o voto contra dos restantes eleitos.

Ponto 2 da Proposta do PCP Quem vota contra? Quem se abstém? Foi rejeitada com o voto favorável do PCP e o voto contra dos restantes eleitos.

O Sr. Presidente pôs à votação à alteração Proposta 916/2013 do PCP a qual foi aprovada ponto Votada ponto por ponto:

Ponto 1 - rejeitado com 13 votos contra (9PS, 3PPD/PSD e 1 CDS/PP) e 4 votos a favor 2 (IND) e 2 PCP))

Ponto 2 - rejeitado com 15 votos contra (9PS, 2IND, 3PPD/PSD e 1CDS/PP) e 2 votos a favor (PCP)

O Sr. Presidente: - Vou pôr agora à votação a Proposta 916/2013. Posso por em bloco? Portante Proposta 916/2013, Quem vota contra? Quem se abstém? Foi aprovada com os votos contra do PCP, e a abstenção do CDS/PP, e o voto contra dos restantes eleitos.

O Sr. Presidente pôs à votação a Proposta 916/2013 do PCP a qual foi Aprovada por maioria com 14 votos a favor (9PS, 2Ind. e 3PPD/PSD), 2 votos contra (PCP) e 1 abstenção (1CDS/PP))

O Sr. Presidente: - Sr. Vereador José Sá Fernandes.

O Sr. Vereador José Sá Fernandes: - Eu peço desculpa desta minha intervenção, mas queria fazer aqui a seguinte declaração:

Acho absolutamente revoltante para quem fende que os trabalhadores da higiene urbana, que eu acho que estamos a defender os interesses deles, não passa para as juntas para as juntas de freguesia. E considero que os jardineiros podiam passar todos para as juntas de freguesia. Que é o que diz a proposta do PCP.

O Sr. Presidente: - Sr. Vereador João Afonso.

O Sr. Vereador João Afonso: - Queria após votação manifestar a plena confiança nas juntas de freguesia como órgãos autárquicos, como órgãos da Administração Publica, e nas suas capacidades para executarem as tarefas que lhes vão ser incumbidas a partir de dia 1 de Janeiro, e a plena confiança que será o melhor serviço terão os munícipes de Lisboa.

Além disso queria também reforçar a ideia que tinha transmitido na ultima reunião que seria importante a Câmara Municipal para discussão em sede de Assembleia Municipal, fazer uma listagem de todos os equipamentos que ficam assim sob gestão das juntas de freguesia, para não haver equívocos sobre a discussão que se vai ter em sede de Assembleia Municipal.

O Sr. Presidente: - Sr. Vereador João Ferreira.

O Sr. Vereador João Ferreira: - Obrigado Sr. Presidente. Eu queria dizer que relativamente às Proposta 915 e 916 o PCP apresentará uma declaração de voto. E queria recordar ao Sr. Vereador José Sá Fernandes que acabou de votar contra uma proposta do PCP que dizia no ponto 1 que se inicia um processo de oscurtação dos trabalhadores se existem voluntários. E contra o ponto 2 onde diz que nenhum trabalhador, os trabalhadores transferidos devem ser apenas voluntariamente e em regime e mobilidade.

Muito Obrigado.

O Sr. Presidente: - Sr. Vereador João Gonçalves Pereira.

O Sr. Vereador João Gonçalves Pereira: - Sr. Presidente é anunciar que irei apresentar uma declaração de voto relativamente às duas propostas.

O Sr. Presidente: - Sr. Vereador Fernando Medina.

O Sr. Vereador Fernando Medina: - Era só para prestar um esclarecimento ao Vereador João Ferreira que acabou de votar contra uma proposta apresentada pelo executivo, em que prevê para os trabalhadores não afectos a equipamentos onde se privilegiou a estabilidade do posto de trabalho efectivo. Acabou de votar contra uma proposta que diz precisamente que a transferência deve começar na base da vontade do trabalhador e do voluntariado e da sua disponibilidade.

O Sr. Presidente: - Eu gostaria só de dizer que irei apresentar uma declaração de voto por escrito, porque gostaria que ficasse registado o meu entendimento para hoje e para sempre de que este processo assegura a plenitude dos direitos adquiridos pelos trabalhadores a estabilidade do direito dos lugares que ficam reservados no quadro e o direito de qualquer trabalhador regressar nas condições previstas nesta deliberação. Porque não gostaria que num futuro pudesse ser desconhecido a garantia que o Presidente da Câmara deu sobre esta matéria.

Sr. Vereador Fernando Seara.

O Sr. Vereador Fernando Seara: - Sr. Presidente só duas notas, os Vereadores do PSD apresentarão uma declaração de voto conscientes do que aquilo que tudo que disseram ao longo do debate está confirmado nas propostas agora votadas. E segundo, apresentar a todos os presentes e também aqueles que nos vêm pela via interna um Santo Natal e um óptimo 2014. Muito obrigado.

O Sr. Presidente: - Muito bem. Um Bom Natal e Bom Ano para todos.